

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária  
Período de Análise: 01/01/2013 a 31/01/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

## Índice

CPT NE II divulga balanço da anti-Reforma Agrária em 2012 – Site da CPT. 04/01/2013.....	4
Com Dilma, Reforma Agrária em queda – O Globo. 06/01/2013.....	8
CPT Nordeste: governo relegou Reforma Agrária à periferia das políticas públicas – Site do MST. 05/01/2013 .....	10
Por que a desapropriação de terras está parada no governo Dilma? – Site do MST. 06/01/2013.....	14
Incrá: corte orçamentário e greve reduziram assentamentos – O Globo. 06/01/2013.....	17
Dilma é a que menos desapropria desde Collor. André Caramente e Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 06/01/2013 .....	17
Incrá diz que greve e verbas são razão do baixo número – Folha de São Paulo. 06/01/2013.....	19
Ritmo de desapropriação reflete queda de pressão por reforma – Eduardo Scolese. Folha de São Paulo. 06/01/2012.....	19
Gerson Teixeira: A sedução do agronegócio e os descaminhos da Reforma Agrária no Brasil. Gerson Teixeira – Site do MST. 07/01/2013.....	20
O dilema da Reforma Agrária no Brasil do agronegócio. João Pedro Stédile – Site do MST. 07/01/2013 .....	21
Assentamento no interior de SP teme 'novo Pinheirinho'. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 07/01/2013 .....	24
Governo esvazia Incra e amplia acordos locais para estruturar assentamentos. Roldão Arruda – Site do MST. 09/01/2013.....	25
"A descentralização do Incra visa desestruturar a Reforma Agrária" – Site do MST. 10/01/2013.....	26
Incrá investe R\$ 2,1 bilhões e alcança objetivos em 2012 – Site do INCRA. 11/01/2013.....	30
Governo Dilma paralisou avanços sociais no campo da gestão Lula, diz Stedile – Site do MST. 14/01/2013 .....	34
Política agrária dos governos petistas não mudou a estrutura rural brasileira. Eduardo Sales de Lima – Site do MST. 14/01/2013.....	34
Os rumos da "Reforma Agrária" – Folha de São Paulo. 14/01/2013.....	39
Programa de reforma agrária recebe investimento de R\$ 2,1 bilhões em 2012 – Site do MDA. 15/01/2013.....	40
Balanço: Incra lançou 14 chamadas públicas para beneficiar assentamentos – Site do MDA. 15/01/2013 .....	41
Terra Legal pretende titular 60 mil agricultores familiares até 2014 – Site do MDA. 16/01/2013.....	43
Após dois anos abaixo da média, Incra planeja acelerar assentamentos em 2013. Tarso Velooso – Valor Econômico. 18/01/2013.....	44
Órgão vai adotar certificação eletrônica de imóveis – Valor Econômico. 18/01/2013.....	45
Entre o passado e o futuro. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 19/01/2013 .....	46

Aproximação do Incra com agronegócio preocupa movimentos sociais. Verena Glass – Site do MST. 22/01/2013 .....	47
Dom Tomás: Influência de Kátia Abreu na demarcação de terras preocupa, Dom Tomás Balduino – Site do MST. 23/01/2013.....	50
Em 2012, país teve 176 invasões, o 2º menor número no governo do PT. Evandro Eboli - O Globo. 23/01/2013 .....	51
Centrais convocam marcha a Brasília em março e defendem Reforma Agrária. Leonardo Wexell Severo – Site do MST. 24/01/2013 .....	52
Centrais convocam marcha a Brasília em março e defendem Reforma Agrária. Leonardo Wexell Severo – Site do MST. 24/01/2013 .....	54
Incra defende assentamento Milton Santos em São Paulo – Site do MDA. 24/01/2013.....	56
Movimento dos Sem Terra culpa governo por desmobilização. Evandro Eboli – O Globo. 23/01/2013 .....	57
Presidente do Incra reúne-se com assentados. Cristiane Agostine e Cristine Prestes – Valor Econômico. 25/01/2013 .....	58
Cícero Guedes, coordenador da ocupação na Usina Cambahyba, é assassinado no Rio – Site do MST. 26/01/2013 .....	59
Jovens abandonam assentamentos rurais – O Globo. 27/01/2013.....	60
Líder do MST é encontrado morto no Rio de Janeiro. Bruna Fantti e Juliana Dal Piva _ Folha de São Paulo. 27/01/2013 .....	63
MST: governo federal vai acompanhar investigação – O Globo. 28/01/2013 .....	63
Encontro de Prefeitos: Reforma agrária injeta R\$ 3,4 bilhões na economia em 2013- Site do INCRA. 29/01/2013 .....	65
Universidades que aplicarão Residência Agrária para assentados conhecem o Incra – Site do INCRA. 30/01/2013 .....	66
Prefeitos cobram do Incra fortalecimento de áreas da Reforma Agrária. Íris Pacheco – Site do MST. 30/01/2013 .....	67
Reforma agrária injeta R\$ 3,4 bilhões na economia em 2013 – Site do MDA. 30/01/2013.....	68
AGU suspende reintegração de posse e famílias permanecem no assentamento Milton Santos – Site do MDA. 30/01/2013 .....	69
Mudanças promovidas pelo Incra resultam em crescimento de certificações de imóveis rurais – Site do MDA. 31/01/2013.....	71

## **CPT NE II divulga balanço da anti-Reforma Agrária em 2012 – Site da CPT. 04/01/2013**

A Comissão Pastoral da Terra - Regional Nordeste II lançou no dia 3 de janeiro o Balanço e avaliação da questão agrária no ano de 2012 no Brasil. Segundo os dados levantados, no ano de 2012, o Brasil assistiu a Reforma Agrária alcançar os seus piores indicadores em décadas. Enquanto do outro lado, o Agronegócio se consolidou como o modelo preferencial do Governo Dilma para o campo, priorizado por diversas políticas públicas, inclusive com financiamentos oficiais de elevadas proporções.

O ano de 2012 tornou óbvio que a grave situação resultou desta escolha injustificável por parte do Governo: a de relegar a Reforma Agrária para a periferia das políticas públicas e do orçamento, atendendo exclusivamente ao latifúndio especulativo e exportador.

Os próprios dados oficiais denunciam esse quadro inaceitável: o número de famílias assentadas em 2012 atingiu a taxa mais baixa registrada desde 1994 e representou apenas 36% da meta prevista pelo Governo em 2012, que era de 30 mil famílias. É fundamental destacar que essa meta fixada – e que ficou longe de ser cumprida pelo Governo – já significava um objetivo irrisório diante das reais necessidades de democratização de terras no País.

Outro grave indicador desta falta de prioridade é o fato de que mais de 200 mil famílias de trabalhadores e trabalhadoras sem terra aguardam a conclusão dos processos de desapropriações relativos às grandes propriedades já vistoriadas e identificadas como improdutivas. Se continuar no mesmo ritmo de 2012, o Brasil precisará de mais 50 anos só para assentar a demanda atual de famílias sem terra acampadas. Outra decepção foi com relação às áreas de assentamentos já existentes, declaradas como prioridade pelo Governo Dilma. Faltou política de Estado (crédito, habitação, infraestrutura, parcelamento, etc). De fato, para a maioria dos assentamentos não foram liberados recursos para os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) - ferramenta principal para obtenção de créditos de investimentos e produção - além de terem sido assinados poucos convênios de ATES.

Neste cenário, as famílias são jogadas para as garras do grande capital. Na completa ausência de incentivo à agricultura camponesa, são muitos os agricultores e agricultoras que se vêm pressionados e submetidos às investidas do agronegócio, em especial nas regiões de monocultivo da cana-de-açúcar, soja e eucalipto. Nestas áreas, o agronegócio se aproveita das carências para oferecer a continuação da exploração e da dependência, através da oferta de trabalho nem sempre regular e de investimentos privados nas áreas da Reforma Agrária para ampliar o monocultivo.

A ineficiência e a inoperância dos órgãos executores da Reforma Agrária, em especial o Incra, se agrava ainda mais pelo fato de que foram praticamente sucateados em 2012. Não houve orçamento até para ajuizar processos de desapropriação, nem sequer para combustível ou diárias necessárias para os seus técnicos realizarem novas vistorias ou para atender aos assentamentos.

## **O abandono também das Populações Tradicionais**

A falta de prioridade atingiu igualmente os sem-terras e os que reivindicam a regularização das terras a que têm direito, a saber, as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, posseiras, fundo de pasto, pescadores tradicionais, bem como os agricultores e agricultoras que sofrem os efeitos de uma seca de dimensões insuportáveis.

2012 foi o ano em que os povos tradicionais gritaram ao país e ao mundo a situação de violência que teima em persistir em seus territórios. O Povo Xavante da aldeia Marãiwtsédé; os povos Guaranis-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul; Quilombo dos Macacos, na Bahia; Quilombo Pontes em Pirapemas, no Maranhão, entre tantos outros, foram alguns dos exemplos emblemáticos da ausência de uma postura firme do Governo Federal diante do extermínio dos povos tradicionais. Os processos de regularização dos territórios das comunidades permanecem engavetados. No Brasil, existem mais de 3.000 comunidades quilombolas e mais de mil processos abertos no Incra. Apesar disso, em 2012 foram publicadas apenas quatro Portarias de Reconhecimento pelo Incra e sete Relatórios de Identificação de Territórios Quilombolas (RTID). O mesmo acontece com as reivindicações para a criação de Reservas Extrativistas no país. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), no momento, oito novas Reservas Extrativistas aguardam decreto presidencial para a sua criação (três no Pará, três no Maranhão, uma em Pernambuco e uma em Santa Catarina). A sua maioria espera há anos uma definição do Estado Brasileiro.

## **O Latifúndio: Prioridade Oficial em 2012**

A pauta da Reforma Agrária do Governo caminhou em um ritmo inversamente proporcional à velocidade e intensidade do agronegócio. A permissividade irrestrita concedida à bancada ruralista dominou internamente o Governo e fez paralisar não só o Incra, mas tudo aquilo que pudesse interferir em seus interesses. Lamentavelmente, a opção do Governo pelo agronegócio está consolidada e é clara: é demonstrada tanto através do discurso político da maioria dos ministérios como pela forte liberação de recursos para as grandes empresas do setor. O agronegócio se instala onde deseja e o Estado brasileiro oferece todas as condições para isso, mesmo em áreas destinadas para a conservação da biodiversidade, terras indígenas ou de populações tradicionais diversas, ainda que o discurso oficial algumas vezes afirme o contrário. No Nordeste, a novidade de 2012 é que o setor sulcroalcooleiro entrou em uma nova etapa de reestruturação e adaptação aos novos processos econômicos nacionais e internacionais. O monocultivo da cana, hegemônico na região da zona da Mata por mais de quinhentos anos, começa agora a dividir espaço com os investimentos industriais e grandes empreendimentos que chegam na região. O momento, portanto, é cada vez mais adequado para uma reconfiguração do território na zona da mata. Entretanto, os governos se omitem diante do esgotamento do latifúndio canavieiro em Pernambuco e no Nordeste, afundados em dívidas colossais e em falências.

Em consequência, tal reconfiguração não se inicia e nem se promove qualquer alteração na concentração fundiária na zona da Mata Nordeste. Ao contrário, a exemplo da zona da mata pernambucana, acirram-se os conflitos entre os novos ou antigos proprietários

das Usinas e as famílias posseiras, que vivem há mais de décadas em seus sítios, mas que enfrentam as frequentes tentativas de expulsões.

### **Grandes empreendimentos e a violência aos povos do campo**

De acordo com os dados parciais da Comissão Pastoral da Terra, o Nordeste em 2012, seguiu sendo a região com maior número de conflitos por terra no país. No ano que se encerrou, o NE concentrou 43% dos registros de conflitos por terra, seguido da região Norte, com 27%. A região nordestina também concentrou quase 50% dos casos de violência contra a ocupação e posse. Os estados do Maranhão e Rondônia foram os que assumiram a triste marca de serem os mais violentos no campo em todo o país, seguidos da Bahia e do Mato Grosso do sul.

Junto ao agronegócio, os grandes projetos de desenvolvimento têm sido um dos principais protagonistas dos conflitos agrários nos últimos anos na região. Em 2012 este cenário não só permaneceu, como avançou de forma ainda mais violenta e intensa.

Os Governos Federal e Estaduais continuam com a obsessão pela implantação de grandes empreendimentos, sem qualquer salvaguarda social e ambiental, o que tem levado as populações tradicionais e camponeses a retomar os seus originais métodos de protesto e de resistência.

São exemplos claros dessa continuidade ou da geração de novos conflitos: o Projeto de Irrigação da Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte; a Transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina e o Porto de Suape, em Pernambuco; os grandes projetos de mineração em áreas de assentamento, na Paraíba; o monocultivo da cana na zona da mata de PE e de Alagoas.

Não se pode deixar de destacar que uma das novidades de 2012, e que aponta um cenário de lutas e desafios para 2013, é o debate sobre o Novo Código da Mineração. Apesar de pouco se comentar na mídia, o lobby para um Novo Código Mineral está a todo vapor no Ministério das Minas e Energia e no Congresso Nacional. O Projeto do Novo Código tem sido redigido à surdina, sem o debate e sem a participação das populações diretamente atingidas. Ou seja, estamos diante de novas e grandes ameaças para as populações tradicionais, para os sem terras, para a reforma agrária, para o meio-ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

### **Estiagem – insuficiência de políticas públicas**

Também as agricultoras e agricultores nordestinos atingidos pela grande seca foram vítimas da insensibilidade dos Governos e da sua prioridade aos grandes empreendimentos e ao latifúndio. De fato, o prolongamento do processo de estiagem, o pior dos últimos 50 anos, causou perdas significativas nos assentamentos e a descapitalização dos agricultores e agricultoras.

Os programas destinados aos atingidos pela estiagem, como Pronaf estiagem, bolsa estiagem e grãos para ração animal anunciado pelo governo, têm grande dificuldade

para serem acessados. Burocracia, lentidão e falta de transparência foram as marcas principais desses programas.

As culturas mais atingidas foram as do feijão, milho e mandioca. Quem cria gado teve que se desfazer do rebanho porque não havia perspectivas de chuva e os animais estão sem ter o que comer. Os Governos Federal e Estaduais foram convocados a tempo de evitar a mortalidade em massa, mas se omitiram e fracassaram em desenvolver ações para alimentar os animais, com milho ou com os resíduos abundantes da cana. Os bichos que sobreviveram foram vendidos por preço vil ou mesmo doados para serem salvos da morte, ampliando ainda mais as desigualdades no campo. Um dos principais desafios para os próximos anos será a recomposição do rebanho dizimado que é fonte de renda e alimentação das famílias sertanejas.

Atualmente, 1.300 municípios do Nordeste e do norte de Minas Gerais estão em situação de emergência reconhecida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil. Mesmo sendo considerada a pior seca nos últimos 50 anos, estima-se que a migração para outras regiões foi menor do que em épocas anteriores. Para além dos programas de mitigação dos efeitos da seca, a permanência na terra é atribuída as experiências populares de convivência com o semi-árido. Estas experiências vem se espalhando por todos os estados nordestinos de outras regiões do país e se apresentam como a principal estratégia utilizada pelos agricultores e agricultoras para atravessar a seca com menos dificuldade.

### **Perspectivas para 2013**

Frente à conjuntura de abandono total da Reforma Agrária, os movimentos sociais de luta pela terra seguiram o exemplo dos povos do campo que há meio século se uniram para realizar I Congresso Camponês do Brasil. Com esse espírito, em agosto de 2012, foi realizado o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas, que reuniu cerca de 7 mil pessoas em Brasília. A perspectiva que se apresenta para 2013 é de que os povos do campo coloquem em marcha as lutas unificadas e assumam para si a responsabilidade da Reforma Agrária e da defesa dos territórios das comunidades tradicionais ameaçadas pelo capital.

Vivemos em um tempo em que é necessário optar por um novo modo de pensar e de viver. O Estado já tomou sua posição diante do contexto agrário brasileiro, a sociedade precisará reafirmar a sua. O que está em jogo é a vida, a cultura e os territórios das populações camponesas no Brasil. Faz-se urgente uma nova reflexão sobre a vida e a natureza. O Capital se apropria e mercantiliza todos os bens naturais e marginaliza comunidades inteiras. Neste cenário, ou optamos pela mera função econômica da terra ou optamos pela função social da terra; ou optamos pela economia verde ou pelo bem viver dos povos da terra; ou é a governança global ou a diversidade das culturas, dos alimentos e dos modos de vida.

## **Com Dilma, Reforma Agrária em queda – O Globo. 06/01/2013**

*Governo assentou 22 mil famílias em 2011, pior marca desde FH; MST enfrenta dificuldade de mobilização*

Com menos de 44 mil famílias assentadas em dois anos, o governo Dilma Rousseff marca forte descenso no programa de reforma agrária. Em 2011, foram assentadas 22 mil famílias, a pior marca desde o governo Fernando Henrique. O Incra não divulgou dados de 2012, mas reduziu a meta de 35 mil para 22 mil famílias a serem atendidas, apesar da demanda ser de, pelo menos, um milhão de famílias.

Segundo o Incra, nos dois primeiros anos de governo, Fernando Henrique assentou 105 mil famílias. Já o ex-presidente Lula, 117,5 mil no mesmo período de gestão. No momento de maior crise política, entre o escândalo do mensalão, em 2005, e a campanha de 2006, Lula deu mais peso aos apelos dos movimentos sociais, assentando 263,8 mil famílias. Já o ponto mais alto de Fernando Henrique na reforma agrária foi no ano de sua reeleição, 1998, com 101 mil famílias assentadas.

O principal movimento social camponês do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também tem diminuído sua atuação. Entre os fatores da desmotivação no campo estão o crescimento econômico, os programas sociais e a melhoria dos salários e condições de vida na área urbana. Apesar da dificuldade de mobilização, um dos líderes do MST, Gilmar Mauro, afirmou que este ano o "caldo tende a engrossar" com mais ocupações e acampamentos.

O país conta hoje com 1,23 milhão de famílias assentadas; e a demanda, segundo os estudos mais otimistas, é por no mínimo mais um milhão de unidades agrárias familiares. Segundo o geógrafo Bernardo Mançano, coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (Nera), da Unesp, a demanda por terra varia entre 1 milhão e 7 milhões de famílias. Ele vê um risco de desassentamento no país.

- Sem políticas de atendimento às famílias, o Brasil pode viver um processo de desassentamento, com as pessoas deixando a terra - diz Mançano.

Para Mançano, a reforma agrária só ganha espaço se houver pressão pública. Ele lembra que, em 2005 e 2006, o MST se mobilizou e, como estava frágil, o governo Lula se mexeu.

- No Brasil, a reforma agrária só andou sob pressão. Se analisarmos a evolução dos assentamentos, os picos coincidem com os momentos de maior mobilização. Houve uma perda do poder de pressão do MST por vários motivos, como aquecimento da economia, renda maior nas cidades e programas sociais. A capacidade de mobilização do MST está cada vez mais limitada- explica o coordenador do Nera.

Mançano afirma que, diferentemente de Lula, Dilma não tem ligação histórica com o MST e os movimentos agrários, e o MST perde espaço de diálogo com o governo.



- Dilma é diferente de Lula. Ela não tem essa dívida com os movimentos no campo. Se não conseguirem fazer uma mobilização forte, este ano esse número de famílias assentadas vai cair para cinco mil - diz o pesquisador.

Para Mançano, a luta no campo ganhou diferentes contornos nos últimos anos. Saíram os latifundiários, entrou o agronegócio. Diminuiu a pistolagem, entrou em campo a "judicialização". Segundo o pesquisador, os recursos dos sem-terra para combater no campo do Judiciário são muito limitados:

- A violência no campo vem caindo. A questão, hoje, é mais judicial. O maior problema é que as famílias assentadas estão acudadas pelo agronegócio e não há políticas públicas. Se continuar nesse ritmo, não é que vai cair o número de famílias assentadas. Vai acontecer é desassentamento.

O Incra não forneceu dados de 2012, mas informou que houve redução na meta, de 35 mil para 22 mil famílias assentadas. Segundo Gilmar Mauro, coordenador nacional do MST, o número de assentamentos em 2012 não atingiu 10 mil famílias, ou seja, menos da metade da meta.

-Nossa avaliação, e do movimento sem-terra em geral, é que o governo Dilma tirou da pauta a reforma agrária- analisa Gilmar Mauro. - Em termos de média, a de Fernando Henrique foi 45 mil assentados por ano, a de Lula, 60 mil, 65 mil. E a de Dilma está em 20 mil.

Gilmar Mauro admitiu que existe uma dificuldade de mobilização dos trabalhadores sem-terra. Mas afirma que há 85 mil famílias acampadas no país. No governo Fernando Henrique, o número era de 90 mil, segundo o MST.

- No primeiro ano do governo Lula esse número saltou para 130 mil porque havia expectativa de que o governo Lula pudesse fazer a reforma agrária. Foi se estabilizando e atinge hoje patamar de 85 mil famílias, que não é insignificante. Os programas sociais e a possibilidade de emprego, evidentemente, colocam algumas famílias, que poderiam ser potenciais lutadores da reforma agrária, na condição de terem algum trabalho e irem sobrevivendo, mas isso não significa que a demanda por reforma agrária esteja acabada - disse Mauro.

O MST está organizando um calendário com ocupações, manifestações de rua e um acampamento em Brasília. Um dos focos de crítica, além do governo, é o Poder Judiciário, já que a posse de terra de dois assentamentos em São Paulo está sub judice, com risco de revisão da desapropriação feita pelo governo e de desassentamento das famílias.

- O Judiciário brasileiro está colocando um freio grave à reforma agrária. E o governo não está desapropriando, então a reforma agrária enfrenta uma das piores situações no país. Estamos numa grande jornada de lutas, com outros movimentos do campo porque todos estão com o mesmo diagnóstico. O caldo tende a engrossar no próximo período - conclui Mauro.

---

## **CPT Nordeste: governo relegou Reforma Agrária à periferia das políticas públicas – Site do MST. 05/01/2013**

No ano de 2012, o Brasil assistiu a Reforma Agrária alcançar os seus piores indicadores em décadas. Enquanto do outro lado, o Agronegócio se consolidou como o modelo preferencial do Governo Dilma para o campo, priorizado por diversas políticas públicas, inclusive com financiamentos oficiais de elevadas proporções.

O ano de 2012 tornou óbvio que a grave situação resultou desta escolha injustificável por parte do Governo: a de relegar a Reforma Agrária para a periferia das políticas públicas e do orçamento, atendendo exclusivamente ao latifúndio especulativo e exportador.

Os próprios dados oficiais denunciam esse quadro inaceitável: o número de famílias assentadas em 2012 atingiu a taxa mais baixa registrada desde 1994 e representou apenas 36% da meta prevista pelo Governo em 2012, que era de 30 mil famílias. É fundamental destacar que essa meta fixada – e que ficou longe de ser cumprida pelo Governo – já significava um objetivo irrisório diante das reais necessidades de democratização de terras no País.

Outro grave indicador desta falta de prioridade é o fato de que mais de 200 mil famílias de trabalhadores e trabalhadoras sem terra aguardam a conclusão dos processos de desapropriações relativos às grandes propriedades já vistoriadas e identificadas como improdutivas. Se continuar no mesmo ritmo de 2012, o Brasil precisará de mais 50 anos só para assentar a demanda atual de famílias sem terra acampadas.

Outra decepção foi com relação às áreas de assentamentos já existentes, declaradas como prioridade pelo Governo Dilma. Faltou política de Estado (crédito, habitação, infraestrutura, parcelamento, etc). De fato, para a maioria dos assentamentos não foram liberados recursos para os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) - ferramenta principal para obtenção de créditos de investimentos e produção - além de terem sido assinados poucos convênios de ATES.

Neste cenário, as famílias são jogadas para as garras do grande capital. Na completa ausência de incentivo à agricultura camponesa, são muitos os agricultores e agricultoras que se vêm pressionados e submetidos às investidas do agronegócio, em especial nas regiões de monocultivo da cana-de-açúcar, soja e eucalipto. Nestas áreas, o agronegócio se aproveita das carências para oferecer a continuação da exploração e da dependência, através da oferta de trabalho nem sempre regular e de investimentos privados nas áreas da Reforma Agrária para ampliar o monocultivo.

A ineficiência e a inoperância dos órgãos executores da Reforma Agrária, em especial o Incra, se agrava ainda mais pelo fato de que foram praticamente sucateados em 2012. Não houve orçamento até para ajuizar processos de desapropriação, nem sequer para combustível ou diárias necessárias para os seus técnicos realizarem novas vistorias ou para atender aos assentamentos.

O abandono também das Populações Tradicionais

A falta de prioridade atingiu igualmente os sem-terras e os que reivindicam a regularização das terras a que têm direito, a saber, as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, posseiras, fundo de pasto, pescadores tradicionais, bem como os agricultores e agricultoras que sofrem os efeitos de uma seca de dimensões insuportáveis.

2012 foi o ano em que os povos tradicionais gritaram ao país e ao mundo a situação de violência que teima em persistir em seus territórios. O Povo Xavante da aldeia Marãiwtsédé; os povos Guarani-Kaiowá, do Mato Grosso do Sul; Quilombo dos Macacos, na Bahia; Quilombo Pontes em Pirapemas, no Maranhão, entre tantos outros, foram alguns dos exemplos emblemáticos da ausência de uma postura firme do Governo Federal diante do extermínio dos povos tradicionais.

Os processos de regularização dos territórios das comunidades permanecem engavetados. No Brasil, existem mais de 3.000 comunidades quilombolas e mais de mil processos abertos no Incra. Apesar disso, em 2012 foram publicadas apenas quatro Portarias de Reconhecimento pelo Incra e sete Relatórios de Identificação de Territórios Quilombolas (RTID). O mesmo acontece com as reivindicações para a criação de Reservas Extrativistas no país. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), no momento, oito novas Reservas Extrativistas aguardam decreto presidencial para a sua criação (três no Pará, três no Maranhão, uma em Pernambuco e uma em Santa Catarina). A sua maioria espera há anos uma definição do Estado Brasileiro.

#### O Latifúndio: Prioridade Oficial em 2012

A pauta da Reforma Agrária do Governo caminhou em um ritmo inversamente proporcional à velocidade e intensidade do agronegócio. A permissividade irrestrita concedida à bancada ruralista dominou internamente o Governo e fez paralisar não só o Incra, mas tudo aquilo que pudesse interferir em seus interesses.

Lamentavelmente, a opção do Governo pelo agronegócio está consolidada e é clara: é demonstrada tanto através do discurso político da maioria dos ministérios como pela forte liberação de recursos para as grandes empresas do setor. O agronegócio se instala onde deseja e o Estado brasileiro oferece todas as condições para isso, mesmo em áreas destinadas para a conservação da biodiversidade, terras indígenas ou de populações tradicionais diversas, ainda que o discurso oficial algumas vezes afirme o contrário.

No Nordeste, a novidade de 2012 é que o setor sulcroalcooleiro entrou em uma nova etapa de reestruturação e adaptação aos novos processos econômicos nacionais e internacionais. O monocultivo da cana, hegemônico na região da zona da Mata por mais de quinhentos anos, começa agora a dividir espaço com os investimentos industriais e grandes empreendimentos que chegam na região. O momento, portanto, é cada vez mais adequado para uma reconfiguração do território na zona da mata. Entretanto, os governos se omitem diante do esgotamento do latifúndio canavieiro em Pernambuco e no Nordeste, afundados em dívidas colossais e em falências.

Em consequência, tal reconfiguração não se inicia e nem se promove qualquer alteração na concentração fundiária na zona da Mata Nordeste. Ao contrário, a exemplo da zona da mata pernambucana, acirram-se os conflitos entre os novos ou antigos proprietários

das Usinas e as famílias posseiras, que vivem há mais de décadas em seus sítios, mas que enfrentam as frequentes tentativas de expulsões.

### Grandes empreendimentos e a violência aos povos do campo

De acordo com os dados parciais da Comissão Pastoral da Terra, o Nordeste em 2012, seguiu sendo a região com maior número de conflitos por terra no país. No ano que se encerrou, o NE concentrou 43% dos registros de conflitos por terra, seguido da região Norte, com 27%. A região nordestina também concentrou quase 50% dos casos de violência contra a ocupação e posse. Os estados do Maranhão e Rondônia foram os que assumiram a triste marca de serem os mais violentos no campo em todo o país, seguidos da Bahia e do Mato Grosso do sul.

Junto ao agronegócio, os grandes projetos de desenvolvimento têm sido um dos principais protagonistas dos conflitos agrários nos últimos anos na região. Em 2012 este cenário não só permaneceu, como avançou de forma ainda mais violenta e intensa.

Os Governos Federal e Estaduais continuam com a obsessão pela implantação de grandes empreendimentos, sem qualquer salvaguarda social e ambiental, o que tem levado as populações tradicionais e camponeses a retomar os seus originais métodos de protesto e de resistência.

São exemplos claros dessa continuidade ou da geração de novos conflitos: o Projeto de Irrigação da Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte; a Transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina e o Porto de Suape, em Pernambuco; os grandes projetos de mineração em áreas de assentamento, na Paraíba; o monocultivo da cana na zona da mata de PE e de Alagoas.

Não se pode deixar de destacar que uma das novidades de 2012, e que aponta um cenário de lutas e desafios para 2013, é o debate sobre o Novo Código da Mineração. Apesar de pouco se comentar na mídia, o lobby para um Novo Código Mineral está a todo vapor no Ministério das Minas e Energia e no Congresso Nacional.

O Projeto do Novo Código tem sido redigido à surdina, sem o debate e sem a participação das populações diretamente atingidas. Ou seja, estamos diante de novas e grandes ameaças para as populações tradicionais, para os sem terras, para a reforma agrária, para o meio-ambiente e para o desenvolvimento sustentável.

### Estiagem – insuficiência de políticas públicas

Também as agricultoras e agricultores nordestinos atingidos pela grande seca foram vítimas da insensibilidade dos Governos e da sua prioridade aos grandes empreendimentos e ao latifúndio. De fato, o prolongamento do processo de estiagem, o pior dos últimos 50 anos, causou perdas significativas nos assentamentos e a descapitalização dos agricultores e agricultoras.

Os programas destinados aos atingidos pela estiagem, como Pronaf estiagem, bolsa estiagem e grãos para ração animal anunciado pelo governo, têm grande dificuldade para serem acessados. Burocracia, lentidão e falta de transparência foram as marcas principais desses programas.

As culturas mais atingidas foram as do feijão, milho e mandioca. Quem cria gado teve que se desfazer do rebanho porque não havia perspectivas de chuva e os animais estão sem ter o que comer. Os Governos Federal e Estaduais foram convocados a tempo de evitar a mortalidade em massa, mas se omitiram e fracassaram em desenvolver ações para alimentar os animais, com milho ou com os resíduos abundantes da cana.

Os bichos que sobreviveram foram vendidos por preço vil ou mesmo doados para serem salvos da morte, ampliando ainda mais as desigualdades no campo. Um dos principais desafios para os próximos anos será a recomposição do rebanho dizimado que é fonte de renda e alimentação das famílias sertanejas.

Atualmente, 1.300 municípios do Nordeste e do norte de Minas Gerais estão em situação de emergência reconhecida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil. Mesmo sendo considerada a pior seca nos últimos 50 anos, estima-se que a migração para outras regiões foi menor do que em épocas anteriores. Para além dos programas de mitigação dos efeitos da seca, a permanência na terra é atribuída as experiências populares de convivência com o semi-árido. Estas experiências vem se espalhando por todos os estados nordestinos de outras regiões do país e se apresentam como a principal estratégia utilizada pelos agricultores e agricultoras para atravessar a seca com menos dificuldade.

#### Perspectivas para 2013

Frente à conjuntura de abandono total da Reforma Agrária, os movimentos sociais de luta pela terra seguiram o exemplo dos povos do campo que há meio século se uniram para realizar I Congresso Camponês do Brasil. Com esse espírito, em agosto de 2012, foi realizado o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas, que reuniu cerca de 7 mil pessoas em Brasília. A perspectiva que se apresenta para 2013 é de que os povos do campo coloquem em marcha as lutas unificadas e assumam para si a responsabilidade da Reforma Agrária e da defesa dos territórios das comunidades tradicionais ameaçadas pelo capital.

Vivemos em um tempo em que é necessário optar por um novo modo de pensar e de viver. O Estado já tomou sua posição diante do contexto agrário brasileiro, a sociedade precisará reafirmar a sua. O que está em jogo é a vida, a cultura e os territórios das populações camponesas no Brasil. Faz-se urgente uma nova reflexão sobre a vida e a natureza. O Capital se apropria e mercantiliza todos os bens naturais e marginaliza comunidades inteiras. Neste cenário, ou optamos pela mera função econômica da terra ou optamos pela função social da terra; ou optamos pela economia verde ou pelo bem viver dos povos da terra; ou é a governança global ou a diversidade das culturas, dos alimentos e dos modos de vida.

---

## Por que a desapropriação de terras está parada no governo Dilma? – Site do MST. 06/01/2013



*O governo Dilma é o que menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos.*

Reportagem da Folha de S. Paulo, publicada neste domingo, revela que na primeira metade do mandato, 86 unidades foram destinadas a assentamentos.

O número supera só o de Fernando Collor (1990-92), que desapropriou 28 imóveis em 30 meses, comparando ao mesmo período das administrações anteriores desde o governo Sarney (1985-90).



## O QUE É A DESAPROPRIAÇÃO DE TERRA?

1

É o principal e mais clássico instrumento para o assentamento de famílias sem terra. Primeiro, o governo avalia uma área

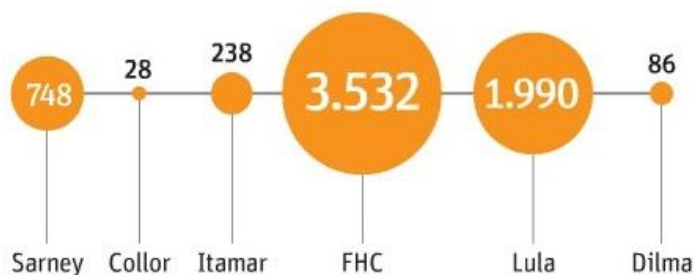
2

Se essa terra for improdutivo, ela será desapropriada por meio de um decreto assinado pelo presidente da República

3

Depois, a área é dividida em lotes. As famílias, então, são assentadas e recebem os créditos federais

### IMÓVEIS DESAPROPRIADOS POR GOVERNO



Fontes: Câmara dos Deputados e "Diário Oficial da União"

"O governo Dilma é refém dessa aliança com o agronegócio, que é o latifúndio modernizado, que se aliou com as empresas transnacionais. O governo está iludido pela proteção que a grande mídia dá a essa aliança e com os saldos na balança comercial. Mas esquece que esse modelo é concentrador de terra e de renda, desemprega muita gente, desmata o meio ambiente, sobrevive usando cada vez mais venenos agrícolas, que vão se transformar em câncer", disse Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, em entrevista à Folha.

"O governo Lula e Dilma não são governos do PT nem de esquerda. São governos de uma frente política de classes que reúne um amplo leque de classes sociais brasileiras. Desde a grande burguesia, o agronegócio, a classe média, a classe trabalhadora, os camponeses e os mais pobres. Essa natureza de composição dá estabilidade política ao governo e amplas margens de apoio na opinião pública, mas impede reformas estruturais, que afetariam os interesses das classes privilegiadas", analisa Alexandre.

Abaixo, leia a íntegra da entrevista concedida pelo dirigente do MST à Folha, que publicou trechos.

**Como o senhor avalia o histórico dos números de desapropriações e assentamentos? A quantidade de famílias assentadas e desapropriações vêm caindo desde 2008/2009.**

Infelizmente, nos últimos dois anos do governo Lula e agora no governo Dilma, foi abandonada a política de desapropriação de latifúndios. Isso é um desrespeito à Constituição, que determina que todo latifúndio improdutivo deve ser desapropriado e dividido para quem quiser trabalhar. Em segundo lugar, a política do governo favorece a concentração da propriedade da terra em todo o país. Os latifundiários agradecem,

embora depois votem nos tucanos, como o mapa eleitoral demonstrou em 2010.

**Como o senhor avalia o desempenho da reforma agrária durante a gestão petista, desde 2003?**

O governo Lula e Dilma não são governos do PT nem de esquerda. São governos de uma frente política de classes que reúne um amplo leque de classes sociais brasileiras. Desde a grande burguesia, o agronegócio, a classe média, a classe trabalhadora, os camponeses e os mais pobres.

Essa natureza de composição dá estabilidade política ao governo e amplas margens de apoio na opinião pública, mas impede reformas estruturais, que afetariam os interesses das classes privilegiadas. Assim, nesse tipo de governo, estão bloqueadas não só a Reforma Agrária, mas também a reforma tributária, a reforma política, a reforma do judiciário, a reforma industrial, a reforma urbana e a reforma educacional. O governo não consegue nem aprovar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, que é uma questão civilizatória e que os países do capitalismo industrial já adotou.

**Como o senhor avalia o desempenho do governo Dilma Rousseff nestes dois anos, com apenas 76 imóveis desapropriados?**

Uma vergonha! O governo Dilma é refém dessa aliança com o agronegócio, que é o latifúndio modernizado, que se aliou com as empresas transnacionais. O governo está iludido pela proteção que a grande mídia dá a essa aliança e com os saldos na balança comercial. Mas esquece que esse modelo é concentrador de terra e de renda, desemprega muita gente, desmata o meio ambiente, sobrevive usando cada vez mais venenos agrícolas, que vão se transformar em câncer. 500 mil novos casos de câncer aparecem por ano pelos alimentos contaminados. E o câncer é democrático, porque pega todo mundo. É um modelo predador do meio ambiente e só aumenta os índices de desigualdade nos municípios aonde é hegemônico. Perguntem aos prefeitos eleitos se eles querem grandes propriedades exportadoras e isentas de ICMS ou querem um meio rural de agricultura familiar? A história vai cobrar desse governo no futuro. Mas aí será tarde...

**Como mudar esse cenário para 2013? O que o MST pretende fazer e o que espera do governo federal?**

O MST vai continuar lutando e ocupando os latifúndios improdutivos para forçar as desapropriações e, ao mesmo tempo, costurar alianças que levem a um novo projeto para o país. No entanto, a reforma agrária agora não é apenas o aumento do número de desapropriações. Isso é uma obrigação constitucional. A reforma agrária agora representa a necessidade de mudança do modelo agrícola. Deixar o agronegócio de lado e reorganizar a agricultura baseada na produção de alimentos saudáveis para o mercado interno. Reforma agrária é reorganizar o setor agroindustrial, baseado em cooperativas e não grandes empresas transnacionais como agora. Adotar a matriz tecnológica da agroecologia, preservar o meio ambiente e frear o êxodo rural para as grandes cidades. Mas para isso é preciso um novo projeto para o Brasil. Esse projeto depende da construção de alianças de classe que extrapolam as bases sociais e a força política dos movimentos camponeses.

---



## **Incra: corte orçamentário e greve reduziram assentamentos – O Globo. 06/01/2013**

*Comando do órgão foi substituído após demissão do ministro Florence*

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) confirmou, por sua assessoria de imprensa, que reduziu a meta de 35 mil para 22 mil famílias assentadas em 2012. A instituição só deve divulgar os dados definitivos do ano no final de janeiro.

Segundo a assessoria, o ano foi marcado por um contingenciamento orçamentário e pela greve que paralisou os funcionários por cerca de três meses, o que levou à redução da meta, já considerada baixa pelos movimentos sem-terra e por especialistas.

Em março, a tensão entre o governo e os movimentos sociais na questão da reforma agrária foi um dos fatores que levaram à demissão do ministro Afonso Florence da pasta de Desenvolvimento Agrário. Com a entrada de Pepe Vargas no cargo, a presidência do Incra também foi substituída, de Celso Lacerda para Carlos Guedes. A meta de assentamentos, no entanto, acabou reduzida.

Na última semana do ano, o Incra anunciou que 2013 deverá contar com o assentamento de pelo menos 16 mil famílias em 336 áreas que ainda serão adquiridas pelo governo. No mesmo dia, foram publicados decretos no Diário Oficial da União declarando dez propriedades de interesse social para fins de reforma agrária num total de 18 mil hectares e capacidade para receber 510 mil famílias. A instituição anunciou ainda que deverá integrar os assentamentos de reforma agrária ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

O Incra anunciou o pagamento de R\$ 98,2 milhões por áreas que estavam em processo de desapropriação e com pendências judiciais há mais de uma década. Uma delas é a Usina Cambayba, em Campos dos Goytacazes, no Rio. Segundo o livro “Memórias de uma guerra suja”, com a biografia do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) Cláudio Guerra, o lugar teria sido utilizado, durante a ditadura, para incinerar corpos de militantes de esquerda. Segundo o Incra, o imóvel estava sob contenda judicial há 14 anos e deve ser usado para reforma agrária.

---

## **Dilma é a que menos desapropria desde Collor. André Caramente e Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 06/01/2013**

*Queda no ritmo da reforma agrária se alinha a demanda menor de sem-terra. Consolidação do Bolsa Família e alta do salário mínimo contribuem para que governo seja menos pressionado.*

O governo Dilma Rousseff é o que menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos. Na primeira metade do mandato, 86 unidades foram destinadas a assentamentos.

Comparado ao mesmo período das administrações anteriores desde o governo José Sarney (1985-90), o total supera só o de Fernando Collor (1990-92), que desapropriou 28 imóveis em 30 meses.

Levantamento da diretoria técnica da Câmara e pesquisa da Folha no "Diário Oficial da União" mostram que Dilma desapropriou 58 imóveis em 2011 e outros 28 em 2012.

A queda no ritmo ocorre em meio à redução da demanda dos sem-terra pelo país.

A consolidação do Bolsa Família e a valorização do salário mínimo nos últimos anos contribuíram para isso.

O número de famílias acampadas despencou de 2003 para 2011. Passou de 59 mil para 3.210, segundo a Comissão Pastoral da Terra.

O governo cita cortes no Orçamento e greve de servidores como razões para os baixos números em 2012 (leia texto nesta página).

A desapropriação por meio de decretos presidenciais é o meio clássico para obter terra para a reforma agrária.

Além de áreas desapropriadas, o governo também pode assentar famílias em terrenos comprados ou em lotes vagos de projetos antigos.

Alexandre Conceição, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), considera "uma vergonha" o desempenho da gestão Dilma.

Para ele, o governo não faz reformas estruturais por ter um apoio heterogêneo.

"Essa composição dá estabilidade política ao governo, amplas margens de apoio na opinião pública, mas impede reformas estruturais, que afetariam interesses das classes privilegiadas", diz Conceição.

"O desempenho é pífio, e a tendência é que a situação não mude em 2013. Não vemos vontade política", afirma Gerson Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

## FHC X LULA

FHC (1995-2002) chegou a 3.535 imóveis desapropriados e disse ter assentado 540,7 mil famílias. Lula desapropriou 1.990 imóveis de 2003 a 2010 e afirma ter beneficiado 614 mil famílias.

Em 2005 e 2006 houve um pico de famílias assentadas (127.506 e 136.358, respectivamente, segundo os balanços oficiais), mas desde 2007 os números não param de cair.

A Folha apurou que o número preliminar de assentados em 2012 é de 23.073 famílias. Em 2011, foram 22 mil.

Integrante da bancada ruralista, o deputado federal Valdir Colatto (PMDB-SC) aprova o ritmo de Dilma.

"O problema é dar viabilidade para que os assentados produzam; 70% dos assentamentos estão vivendo de Bolsa Família. Não produzem nem para se alimentar", diz.

---

**Incra diz que greve e verbas são razão do baixo número – Folha de São Paulo. 06/01/2013**

O Incra aponta o corte no orçamento e a greve de quase três meses como motivos para os baixos números de assentamentos e de desapropriações de imóveis em 2012.

O balanço do ano passado ainda não foi concluído, mas a Folha apurou que o número preliminar do instituto é de 23.073 famílias assentadas.

A meta inicial para 2012 era assentar 30 mil famílias, mas o Incra a reduziu para 22 mil, por causa de corte de R\$ 400 milhões no orçamento.

O balanço preliminar indica que a nova meta foi batida.

A assessoria do presidente do Incra, Carlos Guedes, informou que ele está em férias.

---

**Ritmo de desapropriação reflete queda de pressão por reforma – Eduardo Scolese. Folha de São Paulo. 06/01/2012**

Por que FHC desapropriava áreas para a reforma agrária aos montes pelo país?

Porque temia o desgaste político de invasões de terra, barricadas em estradas, marchas a Brasília e da oposição ferrenha e conjunta de PT, sem-terra e sindicatos.

E por que Lula manteve esse ritmo de "canetadas"?

Porque acumulou promessas ao longo de suas campanhas eleitorais e, quando chegou ao cargo, viu se multiplicarem as famílias acampadas à espera de terra.

Se mudasse o discurso, poderia perder o apoio dos sem-terra para sua reeleição e para a eleição de Dilma.

Apesar disso, nem FHC nem Lula fizeram a reforma agrária sonhada pelos sem-terra e que mudasse drasticamente a concentração fundiária (a maioria das terras nas mãos de uma minoria).

O tucano e o petista adotaram a chamada "política de assentamentos": desapropriaram áreas exigidas pelos movimentos, compraram terras em locais de conflitos e assentaram famílias na Amazônia para apresentar balanços oficiais polpudos.

Atualmente, diferentes pesquisas mostram duas realidades nesses assentamentos criados às pressas: as famílias beneficiadas melhoraram de vida, mas foram instaladas em locais com infraestrutura precária e sem crédito e assistência técnica.

Em resumo: assentar até vale a pena, mas a política pública é recheada de falhas.

E por que Dilma não desapropria no mesmo ritmo?

Primeiro porque nunca prometeu nada aos sem-terra. Não tem a dívida histórica de Lula, e a avaliação positiva e recorde de seu governo não recuará nenhum décimo por causa disso.

Segundo porque conta com um quadro no qual surfa: o comando do PT abandonou o tema; pelegos, os sindicatos pouco tratam do assunto; e os movimentos sociais, com a base atendida pelo Bolsa Família, estão sem a força de antes.

Assim, limitada, a pressão que vem do campo não incomoda o Palácio do Planalto.

### **Gerson Teixeira: A sedução do agronegócio e os descaminhos da Reforma Agrária no Brasil. Gerson Teixeira – Site do MST. 07/01/2013**

Nos últimos dois anos, foram desapropriados apenas 130 mil hectares; desempenho tão pífio que, desde 1985, só rivaliza com o período Collor

Na década de 1990, as organizações dos trabalhadores do campo combateram, com êxito, a implantação, no Brasil, das estratégias do Banco Mundial para as áreas rurais da América Latina, centradas na chamada reforma agrária de mercado. No auge do neoliberalismo, pretendia-se delegar ao mercado o poder regulatório sobre a questão agrária brasileira.

Restou que os instrumentos de compra e venda de terra ficaram nas franjas institucionais. Tanto que, de 1995 a 2002, a desapropriação de grandes propriedades alcançou 10,3 milhões de hectares contra 4,3 milhões nos oito anos seguintes.

Assim, em termos de "obtenção de terras privadas para a política de assentamentos", "bons tempos" os anos de 1990! Afinal, por força das lutas sociais, as desapropriações, com as insuficiências e anomalias conhecidas, foram preservadas, e as restritas operações de compra e venda de terras continham uma réstia redistributiva, pois transferiam para os camponeses frações de grandes propriedades.

Hoje, percebemos sinais em sentido oposto. Terras da União sob o controle dos assentados poderão vir a ser transferidas para as grandes propriedades. É o desfecho esperado da proposta de emancipação dos assentamentos abandonados pelos poderes públicos.

Sugerida pela entidade máxima do agronegócio, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a emancipação traduziria a sensibilidade social da sua presidente pela "libertação dos assentados". O alvo real: a expectativa de apropriação, pelo agronegócio, de milhões de hectares dos assentados, a exemplo do que ambicionam com as suas lutas pela subtração dos territórios indígenas, quilombolas e das áreas protegidas em geral.

Entre as medidas do "pacote da CNA", supostamente acolhido pelo governo, constariam também a regularização "de ofício" dos imóveis localizados às margens das rodovias federais na Amazônia, o que equivaleria ao "carnaval do grilo". E, ainda, a facilitação da ratificação dos títulos das propriedades nas faixas de fronteiras indevidamente emitidos pelos Estados.

Nos últimos dois anos, foram desapropriados apenas 130 mil hectares; desempenho tão pífio que, desde 1985, só rivaliza com o período Collor. Comenta-se que tal desempenho resultou da imposição, pela Casa Civil, do limite de R\$ 100 mil por família nos projetos de assentamentos. O equívoco do limite deve-se à sua forma irrefletida. Até as cercas dos latifúndios sabem que a desapropriação gera enormes ganhos indevidos aos seus donos, graças à persistência de legislações lenientes e jurisprudências duvidosas.

Exemplo: enquanto a taxa Selic, na atualidade, é de 7,25% aa e a inflação, menor ainda, os juros compensatórios, indevidamente aplicados sobre os valores da desapropriação contestados em juízo, são de 12% aa. Então, em vez de se extinguir anomalias da espécie, opta-se por um corte arbitrário que inviabiliza de vez a desapropriação.

Mas, esse é apenas um detalhe de uma mudança essencial. Efetivadas as medidas anunciadas, a política agrária terá "evoluído" do seu tradicional perfil restrito de contenção de conflitos sociais em proteção ao latifúndio/agronegócio para um estágio de funcionalidade direta às necessidades da própria expansão do agronegócio. Transição equivalente ocorre com a política ambiental.

Em suma, a sedução e a rendição política aos quase US\$ 100 bilhões gerados pelas exportações do agronegócio poderão levar o Brasil a cenários sombrios de um "abismo agrário-ambiental". A presidente Dilma Rousseff, que vem enfrentando com coragem interesses econômicos poderosos em defesa do povo brasileiro, haverá de rever esses rumos desastrosos das políticas agrária e ambiental.

---

### **O dilema da Reforma Agrária no Brasil do agronegócio. João Pedro Stédile – Site do MST. 07/01/2013**

A sociedade brasileira enfrenta no meio rural problemas de natureza distintos que precisam de soluções diferenciadas. Temos problemas graves e emergenciais que precisam de medidas urgentes. Há cerca de 150 mil famílias de trabalhadores sem-terra vivendo debaixo de lonas pretas, acampadas, lutando pelo direito que está na Constituição de ter terra para trabalhar. Para esse problema, o governo precisa fazer um verdadeiro mutirão entre os diversos organismos e assentar as famílias nas terras que existem, em abundância, em todo o País. Lembre-se de que o Brasil utiliza para a agricultura apenas 10% de sua área total.

Há no Nordeste mais de 200 mil hectares sendo preparados em projetos de irrigação, com milhões de recursos públicos, que o governo oferece apenas aos empresários do Sul para produzirem para exportação. Ora, a presidenta comprometeu-se durante o Fórum Social Mundial (FSM) de Porto Alegre, em 25 de janeiro de 2012, que daria prioridade ao assentamento dos sem-terra nesses projetos. Só aí seria possível colocar mais de 100 mil famílias em 2 hectares irrigados por família.

Temos mais de 4 milhões de famílias pobres do campo que estão recebendo o Bolsa Família para não passar fome. Isso é necessário, mas é paliativo e deveria ser temporário. A única forma de tirá-las da pobreza é viabilizar trabalho na agricultura e adjacências, que um amplo programa de reforma agrária poderia resolver. Pois nem as cidades, nem o agro-negócio darão emprego de qualidade a essas pessoas.

Temos milhões de trabalhadores rurais, assalariados, expostos a todo tipo de exploração, desde trabalho semiescravo até exposição inadequada aos venenos que o patrão manda passar, que exige intervenção do governo para criar condições adequadas de trabalho, renda e vida. Garantindo inclusive a liberdade de organização sindical.

Há na sociedade brasileira uma estrutura de propriedade da terra, de produção e de renda no meio rural hegemônica pelo modelo do agronegócio que está criando problemas estruturais gravíssimos para o futuro. Vejamos: 85% de todas as melhores terras do Brasil são utilizadas apenas para soja/ milho; pasto, e cana-de-açúcar. Apenas 10% dos proprietários rurais, os fazendeiros que possuem áreas acima de 500 hectares, controlam 85% de todo o valor da produção agropecuária, destinando-a, sem nenhum valor agregado, para a exportação. O agronegócio reprimarizou a economia brasileira. Somos produtores de matérias-primas, vendidas e apropriadas por apenas 50 empresas transnacionais que controlam os preços, a taxa de lucro e o mercado mundial. Se os fazendeiros tivessem consciência de classe, se dariam conta de que também são marionetes das empresas transnacionais,

A matriz produtiva imposta pelo modelo do agronegócio é socialmente injusta, pois ela desemprega cada vez mais pessoas a cada ano, substituindo-as pelas máquinas e venenos. Ela é economicamente inviável, pois depende da importação, anem, todos os anos, de 23 milhões de toneladas de fertilizantes químicos que vêm da China, Uzbequistão, Ucrânia etc. Está totalmente dependente do capital financeiro que precisa todo ano repassar: 120 bilhões de reais para que possa plantar. E subordinada aos grupos estrangeiros que controlam as sementes, os insumos agrícolas, os preços, o mercado e ficam com a maior parte do lucro da produção agrícola. Essa dependência gera distorções de todo tipo: em 2012 faltou milho no Nordeste e aos avicultores, mas a Cargill, que controla o mercado, exportou 2 milhões de toneladas de milho brasileiro para os Estados Unidos. E o governo deve ter lido nos jornais, como eu... Por outro lado, importamos feijão-preto da China, para manter nossos hábitos alimentares.

Esse modelo é insustentável para o meio ambiente, pois pratica a monocultura e destrói toda a biodiversidade existente na natureza, usando agrotóxicos de forma irresponsável. E isso desequilibra o ecossistema, envenena o solo, as águas, a chuva e os alimentos. O resultado é que o Brasil responde por apenas 5% da produção agrícola mundial, mas consome 20% de todos os venenos do mundo. O Instituto Nacional do Câncer (Inca) revelou que a cada ano surgem 400 mil novos casos de câncer, a maior parte originária de alimentos contaminados pelos agrotóxicos. E 40% deles irão a óbito. Esse é o pedágio que o agronegócio das multinacionais está cobrando de todos os brasileiros! E atenção: o câncer pode atingir a qualquer pessoa, independentemente de seu cargo e conta bancária.

Uma política de reforma agrária não é apenas a simples distribuição de terras para os pobres. Isso pode ser feito de forma emergencial para resolver problemas sociais localizados. Embora nem por isso o governo se interesse. No atual estágio do

capitalismo, reforma agrária é a construção de um novo modelo de produção na agricultura brasileira. Que comece pela necessária democratização da propriedade da terra e que reorganize a produção agrícola em outros parâmetros. Em agosto de 2012, reunimos os 33 movimentos sociais que atuam no campo, desde a Contag, que é a mais antiga, MST, Via campesina, até o movimento dos pescadores, quilombolas, etc., e construímos uma plataforma unitária de propostas de mudanças. É preciso que a agricultura seja reorganizada para produzir, em primeiro lugar, alimentos saudáveis para o mercado interno e para toda a população brasileira. E isso é necessário e possível, criando políticas públicas que garantam o estímulo a uma agricultura diversificada em cada bioma, produzindo com técnicas de agroecologia. E o governo precisa garantir a compra dessa produção por meio da Conab.

A Conab precisa ser transformada na grande empresa pública de abastecimento, que garanta o mercado aos pequenos agricultores e entregue no mercado interno a preços controlados. Hoje já temos programas embrionários como o PAA (programa de compra antecipada) e a obrigatoriedade de 30% da merenda escolar ser comprada de agricultores locais. Mas isso está ao alcance agora de apenas 300 mil pequenos agricultores e está longe dos 4 milhões existentes.

O governo precisa colocar muito mais recursos em pesquisa agropecuária para alimentos e não apenas servir às multinacionais, como a Embrapa está fazendo, em que apenas 10% dos recursos de pesquisa são para alimentos da agricultura familiar. Criar um grande programa de investimento em tecnologias alternativas, de mecanização agrícola para pequenas unidades e de pequenas agroindústrias no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Criar um grande programa de implantação de pequenas e médias agroindústrias na forma de cooperativas, para que os pequenos agricultores, em todas as comunidades e municípios do Brasil, possam ter suas agroindústrias, agregando valor e criando mercado aos produtos locais. O BNDES, em vez de seguir financiando as grandes empresas com projetos bilionários e concentradores de renda, deveria criar um grande programa de pequenas e médias agroindústrias para todos os municípios brasileiros.

Já apresentamos também ao governo propostas concretas para um programa efetivo de fomento à agroecologia e um programa nacional de reflorestamento das áreas degradadas, montanhas e beira de rios nas pequenas unidades de produção, sob controle das mulheres camponesas. Seria um programa barato e ajudaria a resolver os problemas das famílias e da sociedade brasileira para o equilíbrio do meio ambiente.

Infelizmente, não há motivação no governo para tratar seriamente esses temas. Por um lado, estão cegos pelo sucesso burro das exportações do agronegócio, que não tem nada a ver com projeto de país, e, por outro lado, há um contingente de técnicos bajuladores que cercam os ministros, sem experiência da vida real, que apenas analisam sob o viés eleitoral ou se é caro ou barato... Ultimamente, inventaram até que seria muito caro assentar famílias, que é necessário primeiro resolver os problemas dos que já têm terra, e os sem-terra que esperem. Esperar o quê? O Bolsa Família, o trabalho doméstico, migrar para São Paulo?

Presidenta Dilma, como a senhora lê a **CartaCapital**, espero que leia este artigo, porque dificilmente algum puxa-saco que a cerca o colocaria no clipping do dia.

---

**Assentamento no interior de SP teme 'novo Pinheirinho'. Daniel Carvalho – Folha de São Paulo. 07/01/2013**

*Terreno situado nas cidades de Americana e Cosmópolis é disputado por MST, usina e família dona da área até 1970. Justiça ordenou despejo; agricultores recebem ação da PM semelhante à que ocorreu em área de São José dos Campos.*

Famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que vivem há sete anos no assentamento Milton Santos, em Americana e Cosmópolis (SP), serão despejadas a qualquer momento, segundo decisão da Justiça Federal.

Os lavradores temem que a área seja invadida pela Polícia Militar e que haja uma reintegração de posse violenta, semelhante à ocorrida há um ano no Pinheirinho, em São José dos Campos (SP).

A maioria das casas é de tijolos. Nos lotes, há hortas, criações de animais e algumas famílias contam com antena de TV por assinatura.

Os lotes, que somam cem hectares, têm plantações como milho, mandioca, abóbora e banana. Pelas regras do MST, não se usa agrotóxico.

Os agricultores produzem para consumo próprio, mas também vendem para prefeituras que usam os alimentos na merenda escolar. A ameaça de despejo obrigou muitos a desistir do comércio.

Rosângela Borges, 39, teme não conseguir cumprir um novo contrato. Por isso, desde setembro, deixou de vender R\$ 1.000 mensais de mandioca e verduras. "Você se estabiliza e aí vem um tranco desses", afirma.

Vanessa Facchini, 29, diz não conseguir dormir direito. Ela não quer ser surpreendida pela polícia. O marido pede à Folha para não ser fotografado, pois afirma que, se for preciso, vai resistir à reintegração de posse.

O Incra, órgão responsável pela reforma agrária, diz ter seguido os trâmites legais para transformar a área em assentamento em 2005.

Mas tanto a família dona do terreno até a década de 1970 -quando a área foi tomada para pagar dívidas com a União- como a Usina Ester, que ocupava o local antes dos agricultores, brigam na Justiça pela posse.

Em decisão referente à ação da usina, foi determinada a desocupação do imóvel. Mas ainda não há prazo definido para que isso ocorra.

O MST defende que haja um decreto de desapropriação por interesse social. Por essa área, já fez marcha na avenida Paulista em frente ao escritório da Presidência e conta com o apoio de parlamentares em intermediação com o Palácio do Planalto.

O problema é que, segundo o Incra e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), apesar de a família Abdalla também ter decisão favorável para retomar a área, essa ação não foi concluída, e o terreno continua registrado como sendo do instituto.



Nenhum representante da usina quis se manifestar. A defesa da família Abdalla não foi localizada.

---

### **Governo esvazia Incra e amplia acordos locais para estruturar assentamentos. Roldão Arruda – Site do MST. 09/01/2013**

Aos poucos, sem alarde e mesmo enfrentando resistência no meio do funcionalismo e dos movimentos de sem-terra, o governo está levando adiante um extenso projeto de reforma na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Se concretizada, será a mudança mais profunda na instituição desde sua criação, em 1970, em pleno regime militar.

Uma das principais características da mudança é a descentralização das atividades. As prefeituras, que sempre foram postas à margem da reforma agrária e, por isso mesmo, sempre tenderam a tratar os assentamentos federais como enclaves em seus territórios, estão sendo mobilizadas pela primeira vez.

Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Equipamentos, municípios com até 50 mil habitantes vão receber motoniveladoras, retroescavadeiras e outras máquinas destinadas à melhoria das vias de acesso aos assentamentos da reforma. No caso das prefeituras que fecharem parcerias como Incra, comprometendo-se também a comprar parte da produção das famílias assentadas, o governo federal vai retribuir com o fornecimento de combustível.

Em entrevista ao Estado, o presidente do Incra, Carlos Guedes, observou que a medida vai permitir respostas mais rápidas às demandas dos assentamentos, além de garantir uma redução de quase 70% dos gastos.

O Incra também está transferindo para outras instituições públicas as tarefas de construir casas e levar água e energia elétrica às famílias assentadas. Em 2013, o Programa Minha Casa, Minha Vida, gerido pelo Ministério das Cidades, passará a ser operado dentro dos assentamentos, com um volume de crédito maior do que o ofertado pelo Incra. A meta é financiar a construção de 70 mil novas moradias e a reforma de outras 118 mil em dois anos.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual está subordinado o Incra, também fechou há pouco um acordo com o Ministério da Integração Nacional, que permitirá levar água a 30 mil famílias assentadas no semiárido nordestino. Quanto à extensão da rede de energia elétrica, a tarefa agora cabe ao Ministério de Minas e Energia, por meio do Programa Luz para Todos.

Uma das atividades mais politizadas e polêmicas do Incra, que é a seleção das famílias a serem beneficiadas pelo programa de reforma agrária, também será transferida. De acordo com um documento de três páginas que circula em Brasília, com um sucinto perfil do que deverá ser o Incra, as famílias serão selecionadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, de acordo com dados do Cadastro Único - o mesmo utilizado para os programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família.

### **Polêmica**

Do conjunto de mudanças já iniciadas e que ainda virão, a mais polêmica refere-se à mudança do foco principal de ação. Mesmo não admitindo abertamente, para evitar atritos com o Movimento dos Sem-Terra (MST), o governo da presidente Dilma Rousseff irá se preocupar cada vez mais com a melhoria dos assentamentos existentes do que com a criação de novos.

Os dados acumulados até aqui já sinalizam claramente a mudança. O governo atual foi o que menos assentou famílias nos últimos 16 anos, segundo números do próprio Incra, apresentados recentemente em reportagem do Estado. Um outro levantamento, produzido pelo Núcleo Agrário do PT e divulgado pelo MST, revela que Dilma só ganha do presidente Fernando Collor de Mello em números de decretos de desapropriação de terras para a reforma.

Esses números não causam comoção no governo. Confrontado com as tabelas, Guedes tem dito que a meta não é criar assentamentos, mas sim assentamentos com qualidade, integrados a diferentes políticas de governo, com as famílias bem instaladas e capazes de produzir alimentos. A meta é por abaixo a ideia de que assentamento seria sinônimo de favela rural.

Com a descentralização de algumas atividades, a direção do Incra acredita que pode se concentrar em atividades voltadas para a produção. Planeja reduzir a burocracia para acesso ao microcrédito, melhorar o nível de assistência técnica e favorecer a compra da produção. Segundo Guedes, o número de famílias vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos deve triplicar na próxima safra, passando de 15 mil para 45 mil famílias.

---

### **"A descentralização do Incra visa desestruturar a Reforma Agrária" – Site do MST. 10/01/2013**

Uma breve retrospectiva política é suficiente para compreender o esvaziamento do Incra e a recente proposta da presidente Dilma Rousseff, de descentralizar as atuais atividades da instituição para melhorar a infraestrutura dos atuais assentamentos, diz Gerson Teixeira à IHU On-Line.

Na avaliação do governo, não é preciso criar novos assentamentos, mas melhorar a infraestrutura dos já existentes. Sobre a possibilidade, o presidente presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA é enfático: “Quem ouviu ou leu o discurso surrado de que importa doravante a qualidade dos assentamentos, sugiro que adote a recomendação da presidenta Dilma em relação aos discursos de que os raios são as causas dos apagões. Ria!”.

Segundo ele, depois de 2002, após receber propostas para dar continuidade à reforma agrária, “um processo político interno” do PT “‘tratorou’ a proposta, e naquele momento já foi possível antecipar o futuro da ‘reforma agrária’”. Para ele, a renúncia à reforma agrária teve como propósito “impedir qualquer movimento sobre temas sensíveis aos ruralistas. Isso ocorreu por temor infundado de riscos para a base do governo no intuito de evitar qualquer sinal que pudesse ser interpretado como intimidatório ao avanço do agronegócio que praticamente se constitua no único setor superavitário na balança comercial do país”.

Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, Teixeira lamenta a posição do governo federal e enfatiza que a medida de descentralizar as atividades do Incra “serve para desviar o foco da questão central da política agrária”. E esclarece: “Os municípios e, em especial, os menores, além de objeto dos fortes controles das oligarquias rurais (que obviamente não morrem de amores pela reforma agrária), não dispõem de estrutura e capacidade de gestão para responderem adequadamente às suas próprias atribuições originárias. Além disso, muitos desses municípios acham-se impedidos de receber verbas do governo federal, no caso, em função de problemas com convênios, passivos previdenciários etc.”

Gerson Teixeira é engenheiro agrônomo, especialista em desenvolvimento agrícola pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, e doutorando em Teoria Econômica pela Universidade de Campinas – UNICAMP. É ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – A presidente Dilma propõe descentralizar as atividades do Incra e, a partir de investimentos do PAC – Equipamentos, e pretende fornecer equipamentos para municípios de até 50 mil habitantes realizarem melhorias nos assentamentos da reforma agrária. Como vê essa proposta?**

Gerson Teixeira – O anúncio da medida, com a ênfase dada à sua suposta virtude, serve para desviar o foco da questão central da política agrária, na atualidade, sobre a qual pretendemos comentar adiante.

Em tese, claro que é positiva uma maior cooperação federativa para o atendimento das necessidades de infraestrutura dos assentamentos de reforma agrária. A articulação operacional da União com os municípios nessa área já ocorre, porém sob o comando do Incra. A mudança, conforme se comenta, seria a supressão desse comando com a redução do papel do Incra (ou Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, quem sabe?) a mero repassador dos recursos.

Não obstante, quando confrontada com a realidade são remotas as chances de eficácia da proposta de municipalização dessa atividade do governo federal. Veja que a cobrança e a fiscalização do Imposto Territorial Rural – ITR foram transferidas para os municípios pela lei n. 11.250/2005. Essa definição também foi defendida pelo seu suposto conteúdo de racionalidade da gestão tributária e articulação federativa.

No entanto, o que esteve por trás da decisão foi o empenho da SRF de se livrar dessas atribuições por julgar o ITR como um “imposto podre”, dada a sua baixa expressão fiscal. Resultado: em 2003, a arrecadação do ITR, ainda que pífia como sempre, equivaleu a 0,112% das receitas administradas pela SRF. Em 2011, portanto, anos após o início da municipalização do ITR, essa relação caiu para 0,062%. Ou seja, na comparação entre os exercícios, a arrecadação do ITR sofreu uma redução proporcional de 44%.

Os municípios, em especial, os menores, além de objeto dos fortes controles das oligarquias rurais (que obviamente não morrem de amores pela reforma agrária), não dispõem de estrutura e capacidade de gestão para responderem adequadamente às suas

próprias atribuições originárias. Além disso, muitos desses municípios acham-se impedidos de receber verbas do governo federal, no caso, em função de problemas com convênios, passivos previdenciários etc.

Na verdade, enquanto no caso do ITR o governo federal visou se livrar de um imposto indesejável, neste outro, junto com as demais medidas divulgadas pela imprensa, é possível que ele – o governo – vise se livrar de uma instituição indesejável: o Incra. Em entrevista anterior à IHU On-Line comentei sobre as severas dificuldades de gestão da autarquia.

**IHU On-Line – O Incra está transferindo para outras instituições públicas as tarefas de construir casas e levar água e energia elétrica às famílias assentadas, assim como irá transferir a seleção das famílias a serem beneficiadas pelo programa de reforma agrária. O que isso sinaliza em relação ao futuro da instituição?**

Gerson Teixeira – Esta questão está relacionada à anterior obedecendo à mesma lógica. Igualmente, a transferência dessas ações não visa um esforço de complementariedade institucional para dar musculatura ao processo de reforma agrária e, sim, os propósitos desestruturantes do conjunto da obra. O que se ouve é que muitas atribuições do Incra serão transferidas para o MDS (e operadas por várias instituições), posto que na concepção reducionista adotada de reforma agrária esta passaria a integrar o programa Brasil Sem Miséria.

Óbvio que esse programa é relevante na perspectiva da mitigação da miséria, mas não ataca as causas da pobreza. E agora, ao enquadrar a reforma agrária nesses limites, o governo neutraliza uma das principais reformas capazes de romper com as causas estruturais da pobreza e das desigualdades em geral no Brasil.

**IHU On-Line – Pode-se dizer que mudou o foco de ação do Incra? Em que sentido?**

Gerson Teixeira – Há muito tempo o Incra sofre processo de esvaziamento, o que tem sido consequência natural da condição periférica da reforma agrária na agenda do país. Nos últimos anos, mais notadamente a partir do programa governamental Terra Legal, que passou a legitimar áreas públicas ocupadas na Amazônia, vem sendo tentada uma transição institucional que projeta as ações de regularização fundiária como o núcleo da missão do Incra. Creio que, confirmadas as medidas setoriais divulgadas recentemente pela imprensa, a tendência será a de consolidação desse processo.

**IHU On-Line – Pode explicar? Quais as posições políticas que favoreceram esse esvaziamento?**

Gerson Teixeira – Façamos uma rápida recuperação da política agrária nos anos recentes e das suas tendências atuais e, subjacente, teremos ideia sobre o destino do Incra. Início com um episódio político no PT, do qual tive participação.

Após o Encontro Nacional do Partido, de 2000, em Recife/Olinda, e até parte de 2002, a Secretaria Agrária Nacional do PT esteve com uma coordenação da qual fiz parte. Nesse período, com a intensa participação das entidades de trabalhadores rurais, elaboramos e

submetemos ao Partido uma proposta de programa de governo Lula para a agricultura e a reforma agrária. Previa avanços importantes para a reforma agrária, no plano institucional, de modo a estimular as lutas sociais que experimentavam momento de vigor.

Em que pese os avanços pretendidos, a proposta de programa de governo estava calibrada para o contexto da adversidade da correlação de forças para evitar maiores problemas ao governo junto dos setores conservadores. Um processo político interno “tratorou” a proposta, e naquele momento já foi possível antecipar o futuro da “reforma agrária”. Prevaleceu o documento Vida Digna no Campo cujo texto foi um filtro minimalista da proposta da Secretaria Agrária.

Assim, por razões que não vem ao caso no momento, de 2003 a 2010 o programa de reforma agrária, ou melhor: a política de assentamentos reativa aos conflitos, teve desempenho muito aquém até daquele previsto no Vida Digna. Renunciou-se à política para impedir qualquer movimento sobre temas sensíveis aos ruralistas. Isto ocorreu por temor infundado de riscos para a base do governo no intuito de evitar qualquer sinal que pudesse ser interpretado como intimidatório ao avanço do agronegócio que praticamente se constitua no único setor superavitário na balança comercial do país.

Resultado: o agronegócio ampliou a sua hegemonia; as lutas sociais entraram em declínio, o que foi facilitado pelas ações de mitigação da pobreza. Foi integralmente mantido o aparato legal restritivo da democratização da terra. A Secretaria Agrária Nacional foi ‘fechada’ e o comando do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA entregue à corrente e quadros do PT sem qualquer tradição e acúmulo nessa temática. Para “compensar”, foi implementada importante política de inclusão da agricultura familiar nos instrumentos de fomento à produção, ainda que segundo estratégia de nivelamento às condições produtivas da agricultura do agronegócio.

### **IHU On-Line – Como analisar essa fase da política de assentamentos do período Lula com a anterior e com a do governo da presidente Dilma?**

Gerson Teixeira – No auge do neoliberalismo, o governo FHC tentou emplacar a reforma agrária de mercado, obviamente defendida pelos conservadores. Mas os movimentos sociais impediram que os instrumentos de compra e venda de terra viessem a prevalecer, e a intensidade das lutas obrigou o governo a obter terras e a executar projetos de assentamentos. Mas tudo em clima de permanente tensão política para intimidar as lutas e preservar os interesses do latifúndio.

A partir de 2003 até 2010, o boom dos preços internacionais das commodities agrícolas elevou a hegemonia do agronegócio, no Brasil, para níveis tendencialmente absolutos. Isso foi facilitado pelo importante recuo das lutas pela terra, fato curiosamente determinado pelas relações históricas dos movimentos com o PT e com o presidente Lula, e pelos efeitos das políticas sociais.

Com FHC tivemos “muito pau e pouca prosa” e os limites da política de assentamentos decorriam, ainda, do poder do latifúndio. O período Lula foi marcado por “muita prosa e pouco pau”, e o desempenho da política de assentamentos foi limitado pelo poder do agronegócio.

A trajetória dessa “evolução” nos levou ao presente estágio onde parece que a política agrária não decorre mais de um produto do esforço político do governo para a contenção de conflitos sociais em proteção do latifúndio, ou para não criar empecilhos ao agronegócio. Ao que parece, na atualidade, onde temos “pouco pau e nenhuma prosa”, chegamos a um estágio em que a política agrária e a política ambiental passam a ser instrumentais à expansão do agronegócio. Perdeu o caráter de administração de conflitos e se transforma em instrumento do próprio agronegócio.

### **IHU On-Line – Pode explicar?**

Gerson Teixeira – Considerando o tema agrário, é o que projeta a proposta de emancipação à força de assentamentos abandonados à própria sorte pelos poderes públicos, com a titulação dos respectivos lotes que envolvem milhões de hectares. Sugerida pela entidade máxima do agronegócio, a CNA, a proposta objetiva as condições para a transferência, para o mercado (agronegócio), dos milhões de hectares desses camponeses, o que reproduz as investidas dos ruralistas pela subtração dos territórios indígenas, quilombolas e das áreas protegidas em geral.

Da mesma forma, visa-se a garantia jurídica para a expansão do agronegócio na Amazônia com a proposta de legitimação, pelo Estado, das grandes áreas públicas “privatizadas (griladas) na marra” naquela região. Nesse caso, persegue-se uma versão ampliada e ainda mais flexível do programa Terra Legal.

Isso seria feito mediante a regularização “de ofício” dos imóveis localizados às margens das rodovias federais na Amazônia. Pelas recomendações da CNA, o governo deverá, ainda, proceder à ratificação dos títulos das propriedades localizadas nas faixas de fronteiras, irregularmente feita pelos estados, e à simplificação do georreferenciamento dos imóveis.

Portanto, é essa a política agrária que aparentemente se estrutura não mais para administrar conflitos sociais tidos como intimidatórios aos interesses do agronegócio, e sim para o atendimento direto dos interesses da sua expansão.

Em suma, creio que a sedução e a rendição política aos quase 100 bilhões de dólares em exportações geradas pelo agronegócio poderão levar o Brasil a cenários sombrios de um “abismo agrário-ambiental” já em curso. É inacreditável que não se perceba nenhuma área dentro do governo pensando em longo prazo e em estratégias, de fato, compatíveis com os interesses do Brasil.

Quanto ao Incra, trata-se um mero instrumento dessa política. E quem ouviu ou leu o discurso surrado de que importa doravante a qualidade dos assentamentos, sugiro que adote a recomendação da presidenta Dilma em relação aos discursos de que os raios são as causas dos apagões. Ria!

---

### **Incra investe R\$ 2,1 bilhões e alcança objetivos em 2012 – Site do INCRA. 11/01/2013**

Investimentos de R\$ 2,1 bilhões, incorporação de 322,3 mil hectares em 117 novos assentamentos e inclusão de 23 mil novas famílias ao programa de reforma agrária.

Essas foram as principais realizações do Incra em 2012, que vieram acompanhadas de importantes mudanças para fortalecer a reforma agrária: integrar políticas públicas para ampliar os investimentos nos assentamentos; qualificar e acelerar o processo de obtenção de terras, e inovar na governança fundiária e na garantia dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

### **Mais terras para a reforma agrária**

O ano de 2012 foi de inovações na obtenção de terras. Juntamente com a avaliação do cumprimento da função social da propriedade, os processos de desapropriação informaram o valor avaliado de cada imóvel e os elementos de viabilidade para a criação e o desenvolvimento do futuro assentamento. Essas mudanças estruturais no rito da desapropriação permitiram o empenho de R\$ 639 milhões para a obtenção de terras, execução de 90,8% do total disponibilizado no orçamento de 2012.

As ações de obtenção de terras para trabalhadores rurais resultaram também na decretação de 31 imóveis como de interesse social para fins de reforma agrária no ano passado. O Incra foi autorizado, ainda, a pagar R\$ 135 milhões para desapropriações ajuizadas de 15 áreas, destravando impedimentos judiciais de 15 anos em muitas delas. Com estas ações realizadas em 2012, imóveis emblemáticos serão destinados ainda em 2013 à reforma agrária.

Uma delas é a Usina Cambayba, no município fluminense de Campos dos Goytacazes, citada no livro Memórias de uma guerra suja, do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Cláudio Guerra. A perspectiva definida pelo Incra para a reforma agrária em 2013 prevê a criação de 336 áreas para assentamentos, em benefício de cerca de 16 mil famílias.

Os procedimentos para a seleção de beneficiários serão atualizados, tendo como principal diretriz a integração do cadastro do Incra com o CAD-Único, além da diversificação do público atendido. Haverá critérios especiais para a terceira idade, a juventude e profissionais de saúde, educação, entre outros que trabalham no território rural.

### **Ações integradas para os assentamentos**

Programas federais como Água para Todos, Bolsa Verde, Brasil Carinhoso, Minha Casa, Minha Vida, Pronatec-Campo e PAC Equipamentos passaram a fazer parte das ações de reforma agrária. Estes programas ampliam os investimentos já realizados pelo Incra e contribuem para acelerar a implantação e a qualificação dos assentamentos, somando-se aos R\$ 200 milhões investidos diretamente pela autarquia em infraestrutura ao longo do ano.

Exemplo de atuação conjunta foi o convênio firmado com o Ministério da Integração Nacional, no valor total de R\$ 84 milhões, sendo 50% para cada parte, com o objetivo de levar sistemas de abastecimento de água aos assentamentos do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, por meio do Programa Água para Todos. Serão beneficiadas 31.696 famílias, em 575 áreas de reforma agrária.

### **Brasil Sem Miséria e Assentamentos Verdes**

Para as regiões Norte e Nordeste, onde estão mais de 80% das cerca de 1 milhão de famílias assentadas no País, foram organizadas estratégias diferenciadas de atuação. O objetivo foi consolidar o compromisso da reforma agrária com a superação da pobreza extrema no meio rural, e a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, 50,6 mil famílias que vivem em 770 assentamentos passarão a ter acompanhamento minucioso da implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria. Delas, 31,4 mil estão no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, o CAD-Único, e 25 mil recebem o Bolsa Família. Cerca 18,1 mil já contam com assistência técnica contratada pelo Incra.

A regularização ambiental dos assentamentos é agenda prioritária para o Incra. Para isso, foi instituído o Plano de Combate, Prevenção e Alternativas ao Desmatamento Ilegal – Assentamentos Verdes –, com ênfase na Amazônia Legal. O foco é na regularização ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR); na recuperação ambiental com renda e segurança alimentar para as famílias, além da valorização do ativo florestal. As ações do programa serão desenvolvidas até 2019, em 199 municípios, abrangendo 980 assentamentos, onde vivem mais de 190 mil famílias.

Outras 20 mil famílias assentadas com floresta preservada nos assentamentos estão recebendo, por meio do Bolsa Verde, R\$ 300 trimestrais, por até dois anos. Até 2013, receberão os recursos 41,8 mil famílias em 956 assentamentos com ativos ambientais, o que significa renda adicional de R\$ 100 milhões para as famílias beneficiadas.

### **Assistência técnica ampliada e residência agrária**

No último ano, o Incra lançou 14 chamadas públicas para selecionar e contratar entidades prestadoras de assistência técnica para a reforma agrária, visando atender cerca de 97,5 mil famílias em 14 estados brasileiros. O valor investido, de R\$ 226 milhões, vai garantir os serviços a 218,9 mil famílias, a partir da atuação de 2,7 mil profissionais contratados para acompanhamento e orientação produtiva em 3,4 mil assentamentos no País.

Ao ampliar a atuação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em 2012, a autarquia inovou ao estabelecer parcerias como a realizada com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que resultou na seleção de projetos de residência agrária, para possibilitar a transferência de tecnologia e de conhecimento a centenas de famílias. Serão investidos R\$ 40 milhões em 35 projetos de especialização, destinados a estudantes egressos de cursos de graduação em qualquer área e a profissionais de assistência técnica.

Já a atuação articulada com o Pronatec Campo permitiu a destinação de 23 mil vagas para a Bolsa-Formação Trabalhador a agricultores familiares, assentados e acampados. Outras três mil vagas serão para a Bolsa-Formação Estudante, além de quatro mil oportunidades na Bolsa-Formação Trabalhador, voltada a agentes de assistência técnica. Além das parcerias, o Pronera seguiu com as ações desenvolvidas, em benefício de



cerca de 15 mil pessoas, que tiveram acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e capacitações de níveis médio e superior nos assentamentos.

### **Governança fundiária e direitos territoriais**

O Incra está dedicado a qualificar as informações sobre a malha fundiária brasileira, assim como melhorar o atendimento ao público. Os dados cadastrais sobre os imóveis rurais do País e o acervo em mapas, mantidos pelo Instituto, estão abertos à consulta por meio da plataforma i3Geo (disponível no site da autarquia). Inovações tecnológicas também vão agilizar e dar transparência a procedimentos e serviços oferecidos pelo Incra.

A certificação de imóveis passou a contar com normativos mais simples e um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos. As mudanças impactarão diretamente o setor produtivo rural e possibilitarão ao Incra vencer o passivo de 40 mil processos de certificação abertos, além de reduzir os prazos para novas certificações. Após as modificações, mais de 2,7 mil imóveis foram certificados em um mês de trabalho, contra 140 anteriormente, em sete meses de execução.

Com a automatização do processo, o Incra vai atuar apenas em casos que evidenciem conflitos ou distorções, garantindo dinamismo e transparência à certificação, além de orientar ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais. No mesmo sentido, a inscrição ou alteração de dados por proprietários rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) por meio da implantação da Declaração Eletrônica de Proprietário (e-DP), permitirá a atualização de dados cadastrais sem burocracia ou deslocamentos.

Em relação ao reconhecimento e à regularização fundiária de territórios quilombolas, o volume de recursos para a ação foi o maior da história do Incra. Além dos R\$ 43,1 milhões destinados a indenizações das desapropriações, outros R\$ 4 milhões foram utilizados na contratação e publicação de relatórios antropológicos. Um termo de cooperação firmado com a Secretaria de Promoção e Políticas para a Igualdade Racial (Seppir) assegurou R\$ 1,1 milhão para a elaboração dos relatórios antropológicos, com a estimativa de atender 3,3 mil famílias.

O Incra também está atuando decisivamente na solução de direitos territoriais dos povos indígenas de dois locais: na Terra Indígena (TI) Apyterewa, no Pará, e na TI Marãiwatséde, em Mato Grosso. Quase 400 famílias identificadas durante o processo de desintrusão de Apyterewa passaram a viver e a produzir em lotes do assentamento Belauto, no município paraense de São Félix do Xingu (\*). Provenientes de Marãiwatséde, 175 famílias já foram homologadas e estão aptas a se mudar para projetos criados pelo Incra, o que garantirá os mesmos benefícios das famílias assentadas, com políticas integradas e investimentos na melhoria da qualidade de vida e apoio à produção.

---

## **Governo Dilma paralisou avanços sociais no campo da gestão Lula, diz Stédile – Site do MST. 14/01/2013**

Líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile criticou a política agrária do governo Dilma Rousseff e disse que a atual administração federal paralisou os avanços sociais no campo registrados na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Stédile reclamou da redução do número de famílias assentadas no programa de reforma agrária. “Na época do Lula havia uma política de assentamentos que agora está paralisada”, disse o dirigente do MST. “Em média, Lula assentava 60 mil, 80 mil famílias por ano. Agora Dilma baixou para 20 mil. É uma mudança clara. Dilma não mudou nada nem ampliou as políticas boas do governo Lula”, completou.

Cerca de 44 mil famílias foram assentadas durante a gestão Dilma, patamar menor do que o registrado nos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (105 mil nos dois primeiros anos) e Lula (117 mil nos dois primeiros anos).

O líder do movimento social citou como exemplo de “política positiva” da gestão anterior a compra de alimentos pela Conab. “Talvez tenha sido a principal medida do governo Lula para garantir a vida dos pequenos produtores. Mas devido ao [corte do] orçamento da Conab hoje estão beneficiando cerca de 200 mil famílias, mas precisariam ser atendidas quatro milhões de famílias”, disse.

Stédile cobrou ainda soluções para atender as cerca de 100 mil famílias acampadas e outras 180 mil que vivem em terras dadas pelo governo, mas que não têm casa. “As pessoas receberam terras, estão assentadas, mas não têm casa. Moram em barracos. A presidente tinha se comprometido a incluir famílias no Minha Casa, Minha Vida, mas a burocracia do governo até agora não viabilizou”, afirmou nesta sexta-feira, ao participar da solenidade de posse do secretário municipal de Direitos Humanos de São Paulo, Rogério Sotilli, no comando da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo.

---

## **Política agrária dos governos petistas não mudou a estrutura rural brasileira. Eduardo Sales de Lima – Site do MST. 14/01/2013**

Completados dez anos da presença do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do governo federal ainda existem cerca de 150 mil famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas em dezenas de acampamentos Brasil afora, lutando por seu pedaço de terra.

Surpreendentemente, nos oito anos do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso foram criados 4.410 assentamentos. Na década de Lula/Dilma o número foi de 3.711. Os dados são do Dataluta/Unesp – Banco de dados da Luta pela Terra.

Segundo o doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), César Sanson, o balanço que se faz da administração petista em relação à reforma agrária é ruim. “O PT no poder não teve a coragem suficiente para interferir e alterar a estrutura agrária brasileira.

Mesmo tendo em mãos instrumentos que lhe permitiriam radicalizar a distribuição de terras, tratou o tema de forma conservadora e burocrática. O retrocesso foi exatamente esse, a falta de ousadia em fazer uma grande, profunda e corajosa reforma agrária no país”, critica o sociólogo.

Ao menos, o executivo tentou conduzir a sociedade rumo à descriminalização dos movimentos sociais camponeses. Segundo Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, com a chegada do PT ao governo, foi inaugurada uma nova postura do executivo frente às lutas sociais, distinta de Collor e FHC, que buscaram destruir o movimento. “Com o PT no poder, a tarefa [de perseguir e criminalizar os movimentos sociais do campo] coube a outros poderes que compunham o Estado brasileiro.

Neste caso, tivemos uma brutal criminalização por parte do poder judiciário e do parlamento, inclusive criando duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) contra o MST e uma terceira contra todas as ONGs e movimentos sociais”, reforça Alexandre. O militante sem-terra pondera, contudo, que o PT pouco fez para impedir o processo de criminalização dos movimentos sociais do campo. Segundo ele, poucos deputados e senadores do partido têm defendido as organizações sociais, e quando o fazem, trata-se de uma iniciativa de seus mandatos, não uma definição partidária.

### **Pinga-gotas**

Alexandre Conceição acredita que no início da primeira gestão de Lula houve avanços em relação à desapropriação de terras e, conseqüentemente, a criação de assentamentos. Em seu primeiro ano, 2003, foram criados 333 assentamentos (29.723 famílias beneficiadas). Dois anos depois, o Brasil testemunhou o ápice da criação dos assentamentos na Era PT, com a criação de 885 assentamentos, com 106.319 famílias adquirindo suas terras (veja no gráfico).

A partir de 2007, contudo, “puxaram o freio de mão” nas desapropriações, como afirma Conceição. Foram criados apenas 391 assentamentos no ano. Quatro anos depois, com a desapropriação de terras num processo de declínio, o primeiro ano do governo Dilma, em 2011, contabilizou míseros 109 assentamentos (9.079 famílias beneficiadas).

“O que se assistiu [nos últimos dez anos] foram desapropriações a ‘pinga-gotas’ e assim mesmo por pressão do MST. O avanço se resumiu a não criminalização dos movimentos sociais e à ampliação de convênios, muito pouco para um governo de esquerda”, avalia César Sanson.

Uma das conclusões de analistas e movimentos é a de que o Estado brasileiro tem preferido fazer a regularização fundiária em terras públicas a desapropriar latifúndios no campo brasileiro para fins de reforma agrária, o que, de fato, ocorreu predominantemente na Amazônia, em terras ocupadas por posseiros.

A regularização de terras públicas ocupadas tem sido o modo mais viável para o Executivo agir, tendo em conta que o PMDB – um dos representantes dos interesses ruralistas no Congresso Nacional – é um forte aliado para a governabilidade, como o Brasil de Fato constantemente tem reforçado.

## Programas

Porém, no processo de desenvolvimento das áreas de assentamento e de áreas rurais como um todo, os governos de Lula e Dilma avançaram significativamente. É o que acredita William Clementino, secretário de Políticas Agrárias da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. “[Lula] Reforçou um novo processo de assistência técnica, de melhoria da qualidade da produção e acesso a crédito, mas que também é insuficiente para a demanda dos trabalhadores do campo no Brasil”, afirma.

No período Lula, foram criados outros programas voltados à garantia de comercialização e preço mínimo para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). “Com isso foi resgatado o papel da Conab”, avalia Alexandre Conceição. O programa de compra antecipada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por exemplo, tem efeito direto no aumento da produção, na renda e na segurança. Mas ainda estão limitados os recursos e o número de famílias atingidas, um universo menor que 10% das famílias assentadas.

Outros dois importantes programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) também têm feito diferença na vida dos camponeses.

Entretanto, é preciso dizer que atualmente, segundo informam as organizações sociais camponesas, menos de 10% das quase 800 mil famílias assentadas têm acesso ao Pronaf. E quanto ao Pnae, que reserva 30% dos recursos para agricultura familiar, ainda existe uma forte resistência em algumas prefeituras.

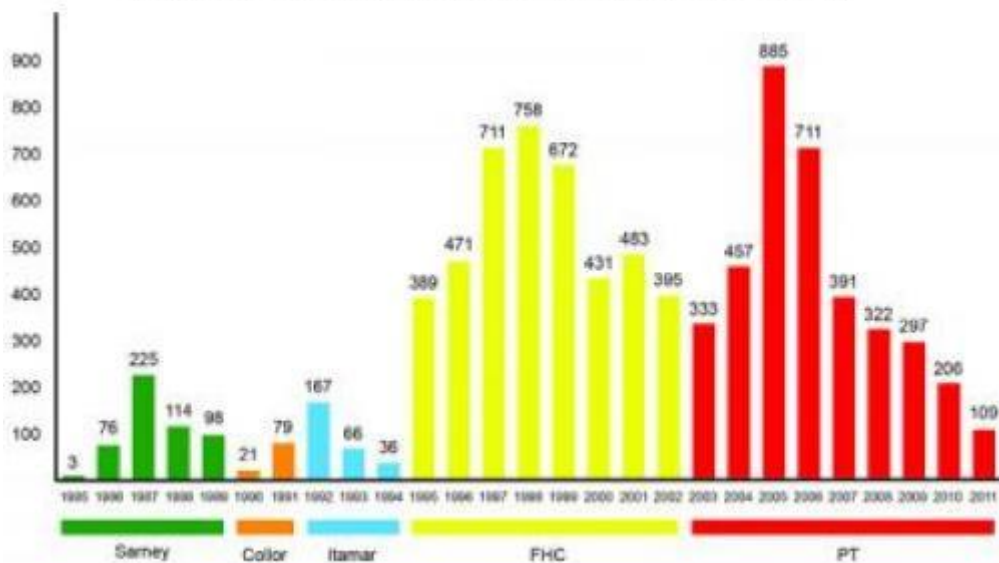
Em maio deste ano, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, reforçou que o teto para o crédito de custeio ao agricultor familiar foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil.

## Dilma

Ao se considerar a reforma agrária como um processo amplo, que não envolve somente desapropriações e criação de assentamentos, os governos do PT implementaram uma nova fase em relação às políticas agrárias no país. Mas, de acordo com César Sanson, a visão tecnocrática que a presidenta Dilma Rousseff (PT) tem da reforma agrária, como parte um processo desenvolvimentista, prejudica, justamente, o progresso do país como um todo, principalmente no que se refere à distribuição de renda no campo. “O foco de Dilma é economia, emprego e desenvolvimento. E o campo nessa equação entra como uma base exportadora. Nesse contexto, a presidenta não vê reforma agrária como um mecanismo efetivo de desenvolvimento nacional, o quanto muito a vincula ao programa de erradicação da miséria”, avalia.

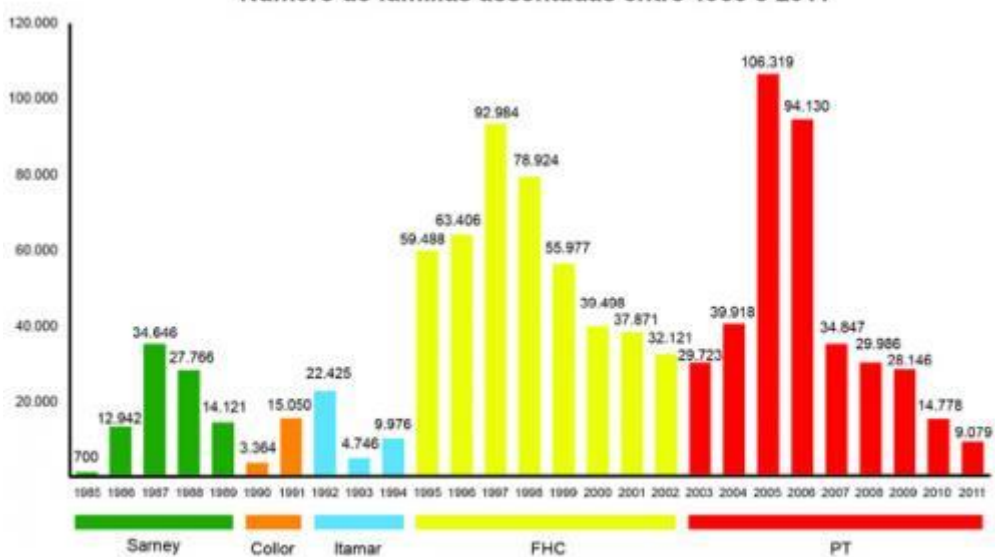
Dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e que divergem dos números do Dataluta revelam que a presidenta atingiu em 2011 a pior marca dos últimos dezessete anos, contrariando a expectativa dos movimentos sociais do campo. Em 2011, 22.021 famílias conquistaram lotes em assentamentos, o que representa 61% do resultado de Lula, que em 2003 assentou outras 36.301 famílias.

**Número de assentamento rurais criados entre 1985 e 2011**



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra/www.fct.unesp.br/terra

**Número de famílias assentadas entre 1985 e 2011**



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra/www.fct.unesp.br/terra

## Programas

Porém, no processo de desenvolvimento das áreas de assentamento e de áreas rurais como um todo, os governos de Lula e Dilma avançaram significativamente. É o que acredita William Clementino, secretário de Políticas Agrárias da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. “[Lula] Reforçou um novo processo de assistência técnica, de melhoria da qualidade da produção e acesso a

crédito, mas que também é insuficiente para a demanda dos trabalhadores do campo no Brasil”, afirma.

No período Lula, foram criados outros programas voltados à garantia de comercialização e preço mínimo para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). “Com isso foi resgatado o papel da Conab”, avalia Alexandre Conceição. O programa de compra antecipada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por exemplo, tem efeito direto no aumento da produção, na renda e na segurança. Mas ainda estão limitados os recursos e o número de famílias atingidas, um universo menor que 10% das famílias assentadas.

Outros dois importantes programas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) também têm feito diferença na vida dos camponeses.

Entretanto, é preciso dizer que atualmente, segundo informam as organizações sociais camponesas, menos de 10% das quase 800 mil famílias assentadas têm acesso ao Pronaf. E quanto ao Pnae, que reserva 30% dos recursos para agricultura familiar, ainda existe uma forte resistência em algumas prefeituras. Em maio deste ano, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, reforçou que o teto para o crédito de custeio ao agricultor familiar foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 80 mil.

## **Dilma**

Ao se considerar a reforma agrária como um processo amplo, que não envolve somente desapropriações e criação de assentamentos, os governos do PT implementaram uma nova fase em relação às políticas agrárias no país. Mas, de acordo com César Sanson, a visão tecnocrática que a presidenta Dilma Rousseff (PT) tem da reforma agrária, como parte um processo desenvolvimentista, prejudica, justamente, o progresso do país como um todo, principalmente no que se refere à distribuição de renda no campo. “O foco de Dilma é economia, emprego e desenvolvimento. E o campo nessa equação entra como uma base exportadora. Nesse contexto, a presidenta não vê reforma agrária como um mecanismo efetivo de desenvolvimento nacional, o quanto muito a vincula ao programa de erradicação da miséria”, avalia.

Dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e que divergem dos números do Dataluta revelam que a presidenta atingiu em 2011 a pior marca dos últimos dezessete anos, contrariando a expectativa dos movimentos sociais do campo. Em 2011, 22.021 famílias conquistaram lotes em assentamentos, o que representa 61% do resultado de Lula, que em 2003 assentou outras 36.301 famílias.

## Os rumos da "Reforma Agrária" – Folha de São Paulo. 14/01/2013

Nos últimos dois anos, foram desapropriados apenas 130 mil hectares; desempenho tão pífio que, desde 1985, só rivaliza com o período Collor

Na década de 1990, as organizações dos trabalhadores do campo combateram, com êxito, a implantação, no Brasil, das estratégias do Banco Mundial para as áreas rurais da América Latina, centradas na chamada reforma agrária de mercado. No auge do neoliberalismo, pretendia-se delegar ao mercado o poder regulatório sobre a questão agrária brasileira.

Restou que os instrumentos de compra e venda de terra ficaram nas franjas institucionais. Tanto que, de 1995 a 2002, a desapropriação de grandes propriedades alcançou 10,3 milhões de hectares contra 4,3 milhões nos oito anos seguintes.

Assim, em termos de "obtenção de terras privadas para a política de assentamentos" (grifei), "bons tempos" os anos de 1990! Afinal, por força das lutas sociais, as desapropriações, com as insuficiências e anomalias conhecidas, foram preservadas, e as restritas operações de compra e venda de terras continham uma réstia redistributiva, pois transferiam para os camponeses frações de grandes propriedades.

Hoje, percebemos sinais em sentido oposto. Terras da União sob o controle dos assentados poderão vir a ser transferidas para as grandes propriedades. É o desfecho esperado da proposta de emancipação dos assentamentos abandonados pelos poderes públicos.

Sugerida pela entidade máxima do agronegócio, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a emancipação traduziria a sensibilidade social da sua presidente pela "libertação dos assentados". O alvo real: a expectativa de apropriação, pelo agronegócio, de milhões de hectares dos assentados, a exemplo do que ambicionam com as suas lutas pela subtração dos territórios indígenas, quilombolas e das áreas protegidas em geral.

Entre as medidas do "pacote da CNA", supostamente acolhido pelo governo, constariam também a regularização "de ofício" dos imóveis localizados às margens das rodovias federais na Amazônia, o que equivaleria ao "carnaval do grilo". E, ainda, a facilitação da ratificação dos títulos das propriedades nas faixas de fronteiras indevidamente emitidos pelos Estados.

Nos últimos dois anos, foram desapropriados apenas 130 mil hectares; desempenho tão pífio que, desde 1985, só rivaliza com o período Collor. Comenta-se que tal desempenho resultou da imposição, pela Casa Civil, do limite de R\$ 100 mil por família nos projetos de assentamentos. O equívoco do limite deve-se à sua forma irrefletida. Até as cercas dos latifúndios sabem que a desapropriação gera enormes ganhos indevidos aos seus donos, graças à persistência de legislações lenientes e jurisprudências duvidosas.

Exemplo: enquanto a taxa Selic, na atualidade, é de 7,25% aa e a inflação, menor ainda, os juros compensatórios, indevidamente aplicados sobre os valores da desapropriação

contestados em juízo, são de 12% aa. Então, em vez de se extinguir anomalias da espécie, opta-se por um corte arbitrário que inviabiliza de vez a desapropriação.

Mas, esse é apenas um detalhe de uma mudança essencial. Efetivadas as medidas anunciadas, a política agrária terá "evoluído" do seu tradicional perfil restrito de contenção de conflitos sociais em proteção ao latifúndio/agronegócio para um estágio de funcionalidade direta às necessidades da própria expansão do agronegócio. Transição equivalente ocorre com a política ambiental.

Em suma, a sedução e a rendição política aos quase US\$ 100 bilhões gerados pelas exportações do agronegócio poderão levar o Brasil a cenários sombrios de um "abismo agrário-ambiental". A presidente Dilma Rousseff, que vem enfrentando com coragem interesses econômicos poderosos em defesa do povo brasileiro, haverá de rever esses rumos desastrosos das políticas agrária e ambiental.

---

### **Programa de reforma agrária recebe investimento de R\$ 2,1 bilhões em 2012 – Site do MDA. 15/01/2013**

Investimentos de R\$ 2,1 bilhões, incorporação de 322,3 mil hectares em 117 novos assentamentos e inclusão de 23 mil novas famílias ao programa de reforma agrária. Essas foram as principais realizações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2012, que vieram acompanhadas de importantes mudanças para fortalecer a reforma agrária: integrar políticas públicas para ampliar os investimentos nos assentamentos; qualificar e acelerar o processo de obtenção de terras, além de inovar na governança fundiária e garantia dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais.

O ano foi de inovações na obtenção de terras. Com a avaliação do cumprimento da função social da propriedade, os processos de desapropriação informaram o valor avaliado de cada imóvel e os elementos de viabilidade para a criação e o desenvolvimento do futuro assentamento. Essas mudanças estruturais no rito da desapropriação permitiram o empenho de R\$ 639 milhões para a obtenção de terras, execução de 90,8% do total disponibilizado no orçamento de 2012.

As ações de obtenção de terras para trabalhadores rurais resultaram na decretação de 31 imóveis como de interesse social para fins de reforma agrária no ano passado. O Incra foi autorizado, ainda, a pagar R\$ 135 milhões para desapropriações ajuizadas de 15 áreas, destravando impedimentos judiciais de 15 anos em muitas delas. Com estas ações realizadas, imóveis emblemáticos serão destinados ainda em 2013 à reforma agrária.

Uma delas é a Usina Cambayba, no município fluminense de Campos dos Goytacazes. A perspectiva definida pelo Incra para a reforma agrária em 2013 prevê a criação de 336 áreas para assentamentos, em benefício de cerca de 16 mil famílias. Os procedimentos para a seleção de beneficiários serão atualizados, tendo como principal diretriz a integração do cadastro do Incra com o CAD-Único, além da diversificação do público atendido. Haverá critérios especiais para a terceira idade, a juventude e profissionais de saúde, educação, entre outros que trabalham no território rural.

Ações integradas para os assentamentos



Programas federais como Água para Todos, Bolsa Verde, Brasil Carinhoso, Minha Casa, Minha Vida, Pronatec-Campo e PAC Equipamentos passaram a fazer parte das ações de reforma agrária. Estes programas ampliam os investimentos já realizados pelo Incra e contribuem para acelerar a implantação e a qualificação dos assentamentos, somando-se aos R\$ 200 milhões investidos diretamente pela autarquia em infraestrutura ao longo do ano.

Exemplo de atuação conjunta foi o convênio firmado com o Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 84 milhões – 50% para cada parte –, para levar sistemas de abastecimento de água aos assentamentos do semiárido nordestino e do norte de Minas Gerais, por meio do Programa Água para Todos. Serão beneficiadas 31.696 famílias, em 575 áreas de reforma agrária.

### Brasil Sem Miséria e Assentamentos Verdes

Para as regiões Norte e Nordeste, onde estão mais de 80% das cerca de 1 milhão de famílias assentadas no País, foram organizadas estratégias diferenciadas de atuação. O objetivo foi consolidar o compromisso da reforma agrária com a superação da pobreza extrema no meio rural, e a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, 50,6 mil famílias que vivem em 770 assentamentos passarão a ter acompanhamento minucioso da implementação das ações do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Delas, 31,4 mil estão no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, o CAD-Único, e 25 mil recebem o Bolsa Família. E 18,1 mil famílias já contam com assistência técnica contratada pelo Incra.

A regularização ambiental dos assentamentos é agenda prioritária para o Incra. Para isso, foi instituído o Plano de Combate, Prevenção e Alternativas ao Desmatamento Ilegal – Assentamentos Verdes –, com ênfase na Amazônia Legal. O foco é na regularização ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR); e na recuperação ambiental com renda e segurança alimentar para as famílias, além da valorização do ativo florestal. As ações serão desenvolvidas até 2019, em 199 municípios, abrangendo 980 assentamentos, onde vivem mais de 190 mil famílias.

Outras 20 mil famílias assentadas com floresta preservada nos assentamentos estão recebendo, por meio do Bolsa Verde, R\$ 300 trimestrais, por até dois anos. Até 2013, receberão os recursos 41,8 mil famílias em 956 assentamentos com ativos ambientais, o que significa renda adicional de R\$ 100 milhões para as famílias beneficiadas.

---

### **Balanço: Incra lançou 14 chamadas públicas para beneficiar assentamentos – Site do MDA. 15/01/2013**

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançou, em 2012, o total de 14 chamadas públicas para selecionar e contratar entidades prestadoras de assistência técnica para a reforma agrária, visando atender 97,5 mil famílias em 14 estados. O valor investido, de R\$ 226 milhões, vai garantir os serviços a 218,9 mil famílias, a partir da atuação de 2,7 mil profissionais contratados para acompanhamento e orientação produtiva em 3,4 mil assentamentos no País.

Ao ampliar a atuação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em 2012, a autarquia inovou ao estabelecer parcerias como a realizada com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que resultou na seleção de projetos de residência agrária, para possibilitar a transferência de tecnologia e conhecimento a centenas de famílias. Serão investidos R\$ 40 milhões em 35 projetos de especialização, destinados a estudantes egressos de cursos de graduação e a profissionais de assistência técnica.

Já a atuação articulada com o Pronatec Campo permitiu a destinação de 23 mil vagas para a Bolsa-Formação Trabalhador a agricultores familiares, assentados e acampados. Outras três mil vagas serão para a Bolsa-Formação Estudante, além de quatro mil oportunidades na Bolsa-Formação Trabalhador, voltada a agentes de assistência técnica. Além das parcerias, o Pronera seguiu com as ações desenvolvidas, em benefício de 15 mil pessoas, que tiveram acesso à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e capacitações de níveis médio e superior nos assentamentos.

### **Governança fundiária e direitos territoriais**

O Incra está dedicado a qualificar as informações sobre a malha fundiária brasileira, assim como melhorar o atendimento ao público. Os dados cadastrais sobre os imóveis rurais do País e o acervo em mapas, mantidos pelo Instituto, estão abertos à consulta por meio da plataforma i3Geo (disponível no site da autarquia).

A certificação de imóveis passou a contar com normativos mais simples e um sistema eletrônico de recepção de peças técnicas e documentos. As mudanças impactarão o setor produtivo rural e possibilitarão ao Incra vencer o passivo de 40 mil processos de certificação abertos, além de reduzir os prazos para novas certificações. Após as modificações, mais de 2,7 mil imóveis foram certificados em um mês de trabalho, contra 140 anteriormente, em sete meses.

Com a automatização do processo, o Incra vai atuar apenas em casos que evidenciem conflitos ou distorções, garantindo dinamismo e transparência à certificação, além de orientar ações de fiscalização e gestão do cadastro de imóveis rurais. No mesmo sentido, a inscrição ou alteração de dados por proprietários rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) por meio da implantação da Declaração Eletrônica de Proprietário (e-DP), permitirá a atualização de dados cadastrais sem burocracia ou deslocamentos.

### **Quilombolas**

Em relação ao reconhecimento e à regularização fundiária de territórios quilombolas, o volume de recursos para a ação, em 2012, foi o maior da história do Incra. Além dos R\$ 43,1 milhões destinados a indenizações das desapropriações, R\$ 4 milhões foram utilizados na contratação e publicação de relatórios antropológicos. Um termo de cooperação firmado com a Secretaria de Promoção e Políticas para a Igualdade Racial (Seppir) assegurou R\$ 1,1 milhão para a elaboração dos relatórios antropológicos, com a estimativa de atender 3,3 mil famílias.

O Incra também atua na solução de direitos territoriais dos povos indígenas de dois locais: na Terra Indígena (TI) Apyterewa, no Pará, e na TI Marãiwatséde, em Mato Grosso. Cerca de 350 famílias identificadas no processo de Apyterewa passarão a

ocupar lotes em uma área na qual o Incra foi imitado na posse em setembro passado. Provenientes de Marãiwatséde, 175 famílias foram homologadas e estão aptas a se mudar para projetos criados pelo Incra, o que garantirá os benefícios das famílias assentadas, com políticas integradas e investimentos na melhoria da qualidade de vida e apoio à produção.

---

### **Terra Legal pretende titular 60 mil agricultores familiares até 2014 – Site do MDA. 16/01/2013.**

Titular 60 mil agricultores familiares na Amazônia Legal até dezembro de 2014 é a meta do Programa Terra Legal para os próximos dois anos. Coordenado pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Serfal/MDA), o Programa atua na regularização fundiária de posseiros de terras federais nos nove estados da região – Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), dos estados e municípios da região e da sociedade civil organizada, já foram georreferenciadas mais de 57 mil propriedades rurais até o começo deste ano. A ação identifica os posseiros e garante estabilidade jurídica, permitindo o controle do desmatamento e o planejamento de políticas públicas.

O secretário da Serfal, Sérgio Lopes, realça que a meta está dentro da capacidade de execução do programa. “Vencemos o primeiro desafio que era realizar o georreferenciamento na Amazônia que apresenta peculiaridades por conta das distâncias e do clima, agora vamos acelerar o processo de titulação principalmente para os agricultores familiares”, avalia Lopes, ao lembrar que mais de 60% dos imóveis já medidos pelo programa tem área menor que um módulo fiscal.

Ainda segundo Lopes, as [mudanças que foram implementadas no ano passado](#), são fundamentais para atingir a meta preconizada. O secretário pondera que o trabalho desenvolvido pelo Terra Legal, atua na superação de uma dívida histórica com os brasileiros que a convite do governo ocuparam a Amazônia. “Estamos construindo bases para o desenvolvimento sustentável da região, com segurança jurídica e a presença permanente do Governo Federal, com um conjunto de políticas públicas que ajudam a transformar a vida dos agricultores familiares da Amazônia”, ressalta Lopes.

Por meio do Terra Legal são atendidos agricultores que produzem e preservam a sua terra e que a ocuparam até dezembro de 2004. O Programa titula imóveis até o limite de 15 módulos fiscais até o limite legal de 1,5 mil hectares, e o processo é simplificado para os agricultores familiares – aqueles que tem até 4 módulos. O módulo fiscal é uma medida de terra que varia de município para município e corresponde à área mínima que uma propriedade rural deve ter para ser economicamente viável, variando entre 5 e 110 hectares - a média da Amazônia Legal é de 74 hectares.

Produtores da agricultura familiar e comunidades tradicionais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para a redução do desmatamento, o acesso a políticas públicas, o aumento da produtividade dos agricultores familiares e paz no campo. Ao receber o título de posse,

o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação permanente.

---

**Após dois anos abaixo da média, Incra planeja acelerar assentamentos em 2013.  
Tarso Veloso – Valor Econômico. 18/01/2013**

Depois de dois anos com o total de assentamentos de famílias para a reforma agrária abaixo da média histórica - 45 mil na soma dos dois anos -, a gestão da presidente Dilma Rousseff pode registrar este ano o seu melhor desempenho nessa área. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) inicia 2013 com quase 300 imóveis rurais prontos para serem desapropriados, o que deve permitir o assentamento de 16 mil famílias já no início deste ano. Em 2011, foram 22 mil famílias, e em 2012, 23 mil.

A explicação para um início de ano forte, segundo o presidente da autarquia, Carlos Guedes de Guedes, está na liberação de terras na segunda metade de 2012 e na preparação das áreas para assentamento em 2013. "Tivemos recursos disponíveis para conseguir áreas importantes no Centro-Sul, como o Complexo Cambayba, de Campos dos Goytacazes (RJ), Fazenda Colômbia (SP) e Fazenda Três Pilões (GO). "

Mesmo sob fortes críticas de movimentos sociais, que acusam o governo de proteger grandes latifúndios, Guedes diz que o Incra continua "firme" na postura de melhorar a condição dos assentamentos existentes. Para isso, a autarquia está assinando uma série de convênios com outras áreas do governo para dividir suas atribuições, que incluíam desde construção de estradas, moradia de assentados até construir escolas em assentamentos.

Em julho, quando Guedes assumiu a presidência do Incra, apenas 3 mil famílias tinham sido assentadas. O trabalho ainda foi prejudicado pela greve na estatal, que durou quase três meses (de meados de junho a setembro).

De acordo com representantes de movimentos sociais, a alta na qualidade de vida nos acampamentos, principal bandeira atual da autarquia, é obrigação do Estado, e não o principal objetivo. Segundo eles, uma alta no número de assentados seria mais comemorada do que melhorias nos acampamentos já estabelecidos.

A coordenadora-geral da Fetraf-Brasil, Elisângela Araújo, diz que o governo abandonou a política de reforma agrária. "Nossa posição continua a mesma. Discordamos dessa nova diretriz de ação. O governo não pode dizer que quer qualidade em assentamentos, se e não faz uma política para isso", disse Elisângela.

Para conseguir maior sintonia com outros programas do governo, o Incra vai agregar seu banco de dados ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), que é usado, obrigatoriamente, para a seleção de beneficiários e para integração de programas sociais do governo federal. Ao todo, 50 mil assentados farão parte do Plano Brasil sem Miséria, em 770 assentamentos.

Dentre os acordos que começarão a vigorar em 2013, o principal será o investimento de R\$ 200 milhões para que 300 mil famílias de todo o Brasil recebam assistência técnica em suas propriedades para aumentar a produção. Na safra 2011/12, apenas 15 mil

famílias vendiam para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A meta da estatal é triplicar esse número na safra 2012/13.

Outro convênio assinado com o Ministério da Integração Nacional vai permitir que 30 mil famílias do Semiárido nordestino tenham acesso a água potável nos assentamentos. Por fim, o Minha Casa, Minha Vida chega ao produtor assentado, com estimativa inicial de 70 mil construções em 2013, e mais de 120 mil reformas em todo o Brasil.

A responsabilidade pelo fornecimento de água a famílias no Semiárido passará a ser do Ministério da Integração, enquanto a construção da rede de energia elétrica em todos os assentamentos será atribuição do Ministério de Minas e Energia, dentro do programa Luz para Todos.

O orçamento de 2012 do Incra - R\$ 2,1 bilhões - foi quase integralmente empenhado. Guedes diz que não houve contingenciamento e que o governo tem "dado todo o apoio à reforma agrária". Segundo ele, "a informação de que houve retenção de valores é equivocada". Ao todo, foram gastos R\$ 639 milhões em obtenção de terras, R\$ 200 milhões em infraestrutura e R\$ 200 milhões em assistência técnica.

---

### **Órgão vai adotar certificação eletrônica de imóveis – Valor Econômico. 18/01/2013**

O Incra vai zerar, até março de 2013, o passivo na certificação de imóveis que totaliza cerca de 36 mil imóveis em 20 milhões de hectares. O órgão modificou a forma de trabalho nas 30 superintendências regionais para agilizar o processo, pois o atraso na entrega do documento de posse impede a negociação de terras. "Vamos extinguir o passivo de certificação, ou seja, das pessoas que deram entrada no Incra e aguardam uma resposta para seus processos de regularização", disse Carlos Guedes de Guedes, presidente do instituto.

No início de dezembro, para cumprir esse objetivo, a autarquia realizou duas mudanças para agilizar o processo, e uma terceira medida deve entrar em vigor em março. Em apenas três dias foram certificados 200 imóveis.

Nos sete meses anteriores, mesmo com o termo de cooperação técnica entre o Incra e a Diretoria de Ciência e Tecnologia do Exército, elaborado para acelerar a análise dos processos de certificação de imóveis rurais, foram certificados 150 processos. Hoje, um mês após as mudanças, mais de 2,7 mil processos já foram finalizados.

A terceira mudança será a publicação de uma portaria, que instituirá a certificação eletrônica a partir de 28 de fevereiro. Com ela, o Incra só analisará processos onde há sobreposição nas áreas das propriedades, poupando tempo nas análises.

Guedes diz que o objetivo das mudanças é agilizar a tramitação do processo e eliminar as várias etapas realizadas. Hoje, o processo é parecido com o que foi feito na Receita Federal. "Ninguém mais entrega os processos em papel. Queremos agilizar com qualidade. É um compromisso nosso", disse o presidente da estatal. (TV)

---

## **Entre o passado e o futuro. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 19/01/2013**

*As críticas à gestão atual do Incra são nada mais que um lamento de nostálgicos que perderam sua razão de ser*

O latifúndio é o passado. A moderna empresa rural, o presente e o futuro.

O latifúndio corresponde a um Brasil superado, que se baseava em terras improdutivas, baixa tecnologia, ausência de conhecimento na utilização da terra, desrespeito à natureza, condições muitas vezes subumanas de trabalho e em formas de coronelismo político.

A moderna empresa agrícola é de alta produtividade, com uso intensivo de tecnologia, aplicação do conhecimento na utilização da terra, respeito à natureza, observância de condições humanas de trabalho e respeito ao Estado de Direito.

Querer confundir as duas coisas não apenas revela desconhecimento, mas, sobretudo, má-fé, baseada em objetivos mais propriamente políticos do que tecnológicos. Justificar a reforma agrária como uma suposta luta contra o latifúndio ou o agronegócio significa, na verdade, combater moinhos de vento.

O modelo ainda vigente para os ideólogos da terra, denominação que abriga tanto intelectuais engajados quanto os ditos movimentos sociais e organizações da igreja, corresponde a um mundo que não mais existe.

Nesse quesito, as críticas à gestão atual do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) são nada mais do que um lamento de nostálgicos que perderam a sua razão de ser.

Uma política racional de tratamento da questão passa pela qualificação dos assentamentos existentes, com tecnologia, infraestrutura, conhecimento e visão de mercado. Não pela criação de novas favelas rurais.

Os próprios relatórios do Incra mostram as dificuldades da passagem do antigo para o novo modelo. De 1994 a 2011, foram assentadas 1.235.130 famílias. Ocorre que, hoje, o Brasil possui 931.730 famílias assentadas.

Logo, 303.400 perderam-se no meio do caminho. Para onde foram? Será que nem elas suportaram mais as condições de vida nos assentamentos, onde ficaram subjugadas pelos movimentos sociais?

É importante lembrar que os agricultores familiares possuem títulos de propriedade, acesso a financiamentos governamentais e bancários sob condições especiais e estão voltados para uma economia de mercado. Vivem na segurança jurídica.

Os modelos mais bem-sucedidos são os do sistema integrado de produção. Esses agricultores, de fato, usufruem das melhores condições de vida no campo.

De acordo com o Censo Agropecuário, a área média da agricultura familiar é de 18,4 hectares. Já a área média dos assentamentos, considerando 1.235.130 famílias que

ocupariam 87.559.858 hectares, seria bem superior à dos agricultores familiares, totalizando 77,5 hectares por família.

Ora, a produtividade dos assentamentos é pífia, muito abaixo da média nacional. Nem de longe se iguala à dos agricultores familiares. Alguma coisa está errada e precisa ser mudada.

Convém atentar para um fato da maior importância: os assentados não possuem direito à propriedade no sentido estrito, o que só pode ocorrer quando os assentamentos são emancipados.

Vivem na insegurança. Quem é dono de sua terra sente-se ainda mais responsável em relação a si mesmo e à sua família.

Se os assentados não usufruem da propriedade privada, eles terminam reféns de uma nova forma de clientelismo político, dita "progressista" e conduzida por grupos que se declaram seus representantes.

A política do Incra não tem sido, até agora, a de emancipação dos assentamentos, que deveria ser o seu caminho.

Com efeito, o Estatuto da Terra prevê o fim do estabelecimento da intervenção estatal nos assentamentos. O artigo 68 estipula:

"A emancipação do núcleo ocorrerá quando este tiver condições de vida autônoma e será declarada por ato do órgão competente, observados os preceitos legais e regulamentares".

Em consequência, uma política coerente de reforma agrária deveria ter como objetivo a emancipação dos assentados, que se tornariam, assim, cidadãos de pleno direito. Seriam convertidos em novos agricultores familiares, cidadãos não tutelados e livres em suas decisões.

---

### **Aproximação do Incra com agronegócio preocupa movimentos sociais. Verena Glass – Site do MST. 22/01/2013**

Os fracos resultados da reforma agrária no governo Dilma – marcado pelo menor desempenho na criação de assentamentos dos últimos 20 anos - e o recente estreitamento de relações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com a bancada ruralista e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) têm proliferado especulações (comemorativas ou críticas, a depender da origem) sobre os planos do governo federal para a questão fundiária nacional.

Depois da realização de uma reunião entre a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o presidente do Incra, Carlos Guedes, em novembro de 2012, o setor ruralista tem visto com otimismo a abertura de diálogo com o órgão, de acordo com a assessoria da Frente. “Naquela reunião, foram discutidas questões como regularização fundiária, assentamentos de reforma agrária e terras indígenas e quilombolas, e os resultados foram positivos. O presidente do Incra deixou bem claro que quer trabalhar com apoio

da Frente, e os parlamentares [da bancada ruralista] saíram bastante satisfeitos”, afirma a assessoria da FPA.

O primeiro passo desta parceria, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), acertado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra em dezembro, é a simplificação de procedimentos de certificação de imóveis rurais, em especial os localizados em áreas de fronteira e às margens de rodovias federais na Amazônia. Como base de dados das ações, o Incra deverá usar o cadastro de áreas e produtores da CNA. Outra demanda, a de disponibilizar com mais celeridade as áreas de assentamentos no mercado de terras através da titulação dos assentados e da emancipação dos assentamentos, teria sido bem recebida pelo Incra, informou a CNA.

Em editorial de 05 de janeiro, intitulado “Um novo Incra”, o jornal O Estado de São Paulo comemorou o que considerou uma mudança radical das prioridades do órgão. Na opinião do Estadão, o Incra estaria passando por mudanças que indicam o abandono das tarefas de criação e gestão infraestrutural de assentamentos, e de cadastramento de clientes da reforma agrária, passando a “dedicar-se exclusivamente ao que lhe deveria caber, isto é, prestar assistência aos agricultores nos assentamentos”. Mais além, o órgão teria feito uma “opção pela integração dos pequenos agricultores ao agronegócio, algo que será benéfico para todos - menos, claro, para aqueles que lucram politicamente com a proliferação de sem-terra”, afirmou o Estadão.

### **Presidente do Incra**

De acordo com o presidente do Incra, Carlos Guedes, no entanto, o jornal cometeu vários equívocos. Em primeiro lugar, não se confirma a tese de que o Incra deixará de fazer novos assentamentos, uma vez que o orçamento para este fim em 2013 seria maior do que o de 2012. Concretamente, explica Guedes, o órgão deverá assentar ainda no primeiro semestre 16 mil famílias em 300 áreas já arrecadadas no ano passado, e priorizará as regiões Nordeste e Centro-oeste para a obtenção de novas terras. Também não se confirma o boato de que o Incra deixará de cadastrar sem-terras para destinação a novas áreas de assentamento. “O que faremos é integrar o cadastro dos clientes da reforma agrária ao Cadastro Único do Governo Federal (que relaciona os beneficiários do Bolsa Família, Brasil Sorridente e Brasil Carinhoso), para que as famílias que pleiteiam acesso à terra já possam acessar os demais programas sociais do governo”, explica o presidente do Incra.

É fato que algumas das (até então) responsabilidades do Incra, como habitação e infraestrutura hídrica, serão repassadas aos programas federais “Minha Casa Minha Vida” e “Água para Todos”, respectivamente; e, em municípios que “adotarem” os assentamentos (efetuando compra da produção via Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e Programa Nacional de Alimentação Escolar), o Incra repassará recursos para a manutenção de estradas. “Assim liberamos técnicos destas tarefas pra que possam acompanhar questões mais estratégicas, como o combate à concentração de terras”, afirma Guedes.

Já a aceleração dos processos de titulação dos assentados e de emancipação dos assentamentos de fato será uma das prioridades do Incra. Segundo Guedes, a titulação é um direito legal do assentado que, depois de 10 anos, passa a dispor livremente sobre o lote. “Titular rapidamente o assentado facilita seu acesso a outras políticas públicas,



além das específicas da reforma agrária. Mas tudo depende da legalização do assentamento, do imóvel estar em nome do Incra e dos lotes estarem demarcados. Depois disso, pode titular”, explica. A emancipação, continua Guedes, segue um raciocínio similar. Segundo ele, emancipado, o assentamento deixa de ser responsabilidade do Incra e os assentados passam a ser agricultores familiares como os demais, podendo usufruir de todos os direitos do setor. “Não queremos nos livrar dos assentamentos, mas a emancipação é consequência do processo”.

### **MST critica**

As mudanças no Incra que mexem com programas infraestruturais nos assentamentos a princípio não incomodam o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em Pernambuco, o membro da direção nacional do MST, Jaime Amorim, explica que a construção de casas já vinha sendo reivindicada pelo movimento junto à Caixa Econômica Federal. “Não temos problema com o repasse da responsabilidade para o ‘Minha Casa, Minha Vida’. Tirar técnicos e orçamento do Incra para a habitação libera pra outros setores. Quanto ao ‘Água para Todos’, o Incra nunca fez estruturas de irrigação. Será bom ter alguém realmente responsável, termos de quem reivindicar”, explica Amorim.

O problema, avalia o MST, é a postura do Incra frente à reforma agrária propriamente dita. Segundo Amorim, é fato que o Nordeste hoje concentra o maior número de famílias sem-terra, o que exige uma atenção especial para a região. Mas isso não justifica a paralisação da reforma agrária nas demais, e a adoção, pelo Incra, de um limite de R\$ 100 mil para assentar uma família deve diminuir ainda mais o número de sem-terras beneficiados.

Já ceder à CNA e acelerar a emancipação de assentamentos - e a possibilidade de alienação dos lotes - levará à reconcentração de terras em ritmo acelerado, deixando os assentados à mercê de pressões do agronegócio, afirma outro dirigente do movimento. Também a simplificação da titulação de áreas da União na Amazônia, principalmente nas margens de rodovias onde se concentra grande parte dos problemas de grilagem e disputas de terras, pode aprofundar os já graves conflitos na região, avalia o movimento.

### **Submissão**

As mudanças de rumo e de estrutura do Incra também têm preocupado os funcionários do órgão. De acordo com Reginaldo Aguiar, dirigente da Confederação Nacional dos Servidores do Incra (Cnasi), elas não foram discutidas com o corpo técnico, que ainda aguarda esclarecimentos da direção. O maior incômodo, no entanto, é a aparente aproximação do órgão com os representantes do agronegócio. De acordo com outro funcionário, “parece estar ocorrendo uma espécie de submissão do Ministério do Desenvolvimento Agrário aos interesses ruralistas, uma vez que a CNA passará a interferir nos principais instrumentos de controle e desenvolvimento territorial, ajeitando processos de ocupação irregular com a flexibilização das normas exigidas por lei”.

Do ponto de vista estrutural, a maior preocupação de parte do corpo técnico é a aparente desistência do governo de usar o Incra como instrumento para o desenvolvimento territorial. Ou seja, existe uma diferença óbvia entre crescimento da produção e

desenvolvimento, mas ela é mais séria quando se coloca o qualificativo do ‘territorial’, no sentido de que o desenvolvimento real está mais associado à geografia e às relações sociais do que à superprodutividade econômica.

Ainda, a emancipação de assentamentos antigos, bem sucedidos, leva à substituição de famílias assentadas por agricultores capitalizados, passando a idéia de que o desenvolvimento se deve à evasão dos beneficiários originais, e não à organização das famílias, não à política em si. Com a emancipação dos assentamentos "antigos", perde-se a articulação que traz resultados maiores do que as qualidades da terra e das famílias, perde-se a liderança que orienta os investimentos grupais e puxa o apoio externo, e perde-se a visibilidade dos resultados positivos. Assim, sobrarão como assentados apenas aqueles que ajudam a ilustrar o discurso das “favelas rurais”, justificando o discurso de inoperância da reforma agrária.

---

### **Dom Tomás: Influência de Kátia Abreu na demarcação de terras preocupa, Dom Tomás Balduino – Site do MST. 23/01/2013**

Eis o quadro: o pequeno agricultor Juarez Vieira foi despejado de sua terra, em 2002, no município tocantinense de Campos Lindos, por 15 policiais em manutenção de posse acionada por Kátia Abreu. Juarez desfilou, sob a mira dos militares, com sua mulher e seus dez filhos, em direção à periferia de alguma cidade.

O caso acima não é isolado. O governador Siqueira Campos decretou de "utilidade pública", em 1996, uma área de 105 mil hectares em Campos Lindos. Logo em 1999, uns fazendeiros foram aí contemplados com áreas de 1,2 mil hectares, por R\$ 8 o hectare. A lista dos felizardos fora preparada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, presidida por Kátia Abreu (PSD-TO), então deputada federal pelo ex-PFL.

O irmão dela Luiz Alfredo Abreu conseguiu uma área do mesmo tamanho. Emiliano Botelho, presidente da Companhia de Promoção Agrícola, ficou com 1,7 mil hectares. Juarez não foi o único injustiçado. Do outro lado da cerca, ficaram várias famílias expulsas das terras por elas ocupadas e trabalhadas havia 40 anos. Uma descarada grilagem!

Campos Lindos, antes realmente lindos, viraram uma triste monocultura de soja, com total destruição do cerrado para o enriquecimento de uma pequena minoria. No Mapa da Pobreza e Desigualdade divulgado em 2007, o município apareceu como o mais pobre do país. Segundo o IBGE, 84% da população viviam na pobreza, dos quais 62,4% em estado de indigência.

Outro irmão da senadora Kátia Abreu, André Luiz Abreu, teve sua empresa envolvida na exploração de trabalho escravo. A Superintendência Regional de Trabalho e Emprego do Tocantins libertou, em áreas de eucaliptais e carvoarias de propriedade dele, 56 pessoas vivendo em condições degradantes, no trabalho exaustivo e na servidão por dívida.

Com os povos indígenas do Brasil, Kátia Abreu, senadora pelo Estado do Tocantins e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), tem tido uma raivosa e nefasta atuação.

Com efeito, ela vem agindo junto ao governo federal para garantir que as condicionantes impostas pelo Supremo no julgamento da demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol sejam estendidas, de qualquer forma, aos demais procedimentos demarcatórios.

Com a bancada ruralista, ela pressionou a Advocacia-Geral da União (AGU), especialmente o ministro Luís Inácio Adams. Prova disso foi a audiência na AGU, em novembro de 2011, na qual entregou, ao lado do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), documento propondo a criação de norma sobre a demarcação de terras indígenas em todo o país.

O ministro Luís Adams se deixou levar e assinou a desastrosa portaria nº 303, de 16/7/12. Kátia Abreu, ao tomar conhecimento desse ato, desabafou exultante: "Com a nova portaria, o ministro Luís Adams mostrou sensibilidade e elevou o campo brasileiro a um novo patamar de segurança jurídica".

Até mesmo com relação à terra de posse imemorial do povo xavante de Marãiwatsèdè, ao norte do Mato Grosso, que ganhou em todas as instâncias do Judiciário o reconhecimento de que são terras indígenas, Kátia Abreu assinou nota, como presidente da CNA, xingando os índios de "invasores".

Concluindo, as lideranças camponesas e indígenas estão muito apreensivas com o estranho poder econômico, político, classista, concentracionista e cruel detido por essa mulher que, segundo dizem, está para ser ministra de Dilma Rousseff. E se perguntam: "Não é isso o Poder do Mal?" No Evangelho, Jesus ensinou aos discípulos a enfrentar o Poder do Mal, recome

---

**Em 2012, país teve 176 invasões, o 2º menor número no governo do PT. Evandro Eboli - O Globo. 23/01/2013**

*Frustração de movimentos sociais desestimulou mobilizações, diz especialista*

BRASÍLIA — Em 2012, a Ouvidoria Agrária Nacional registrou 176 invasões de terra em todo o país. É o segundo menor registro dessas ações desde o início dos governos do PT, em 2003. A menor ocorrência de invasões nessa década do PT se deu em 2009, quando aconteceram 173 invasões. Em 2011, tinham sido registradas 200 invasões.

Para o governo, políticas de inclusão social explicam essa redução das invasões de terra. Para a oposição, o assistencialismo do Bolsa Família e o fiasco da reforma agrária desestimularam as invasões. Para os movimentos sociais, o desinteresse do governo em criar novos assentamentos tirou os acampados das estradas.

O maior registro de invasões no período petista aconteceu em 2004, com 327 ações. De 2004 até hoje, as ocupações foram diminuindo e terminaram 2012 em quase a metade. Nesses dez anos de Lula e Dilma, ocorreram 2.344 invasões de terra. Esse número é

menor que nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que, em seus dois mandatos, de 1995 a 2002, enfrentou 2.462 invasões dos sem-terra. Em 1995, o governo começou a contabilizar as invasões de terra pela Ouvidoria Agrária.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, disse achar que as invasões diminuíram pelas ações de inclusão social do governo e também pelo aumento de vagas no mercado de trabalho, seja no emprego formal ou no informal. O ministro afirmou que houve um aumento de famílias assentadas nos últimos dez anos, o que teria reduzido a pressão dos movimentos sociais. Vargas disse ainda que houve também um aumento da renda no campo.

— Não foi só a transferência de renda que melhorou a vida no campo, mas também benefícios da Previdência e rendimento com trabalho. E esse ambiente de melhoria de condições de vida no meio rural e o elevado número de famílias assentadas nesses últimos anos fizeram a pressão diminuir. Isso reflete nos movimentos sociais — disse Vargas.

O professor Sérgio Sauer, da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador de temas agrários, argumentou que o número de famílias envolvidas na luta pela terra reduziu, e que há momentos de maior mobilização e outros de retração. Sauer diz que outros fatores impactaram nas mobilizações no campo, como a medida provisória do fim do governo FH que impediu vistoria em propriedade invadida.

— Já a eleição do presidente Lula gerou novas esperanças e os acampamentos e ocupações voltaram a crescer. Mas a frustração desta expectativa fez os números decrescerem. A falta de expectativa de assentamentos e a disponibilização de novas áreas desestimulam as mobilizações.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM), ruralista, disse que a tendência é acabarem as invasões, que têm cunho ideológico.

— A tese da ocupação perdeu força — afirmou.

---

### **Centrais convocam marcha a Brasília em março e defendem Reforma Agrária. Leonardo Wexell Severo – Site do MST. 24/01/2013**

CUT, CGTB, CTB, Força Sindical, NCST e UGT vão somar energia para mobilizar dezenas de milhares de pessoas até a Esplanada dos Ministérios em Brasília, no dia 6 de março, “Em defesa da cidadania, do desenvolvimento e da valorização do trabalho”.

Reunidos na sede nacional da Central Única dos Trabalhadores na tarde desta quarta-feira (23), na capital paulista, dirigentes das seis centrais reiteraram a importância do sindicalismo brasileiro estar unificado para que retome o seu protagonismo e exerça pressão sobre o governo e o Congresso pela retomada do investimento público e em defesa da indústria nacional, fortalecendo o mercado interno e garantindo contrapartidas sociais.

Fizemos uma análise econômica do momento e isso nos levou a uma pauta que aponta para a retomada do crescimento, com mais e melhores salários e empregos, garantindo e

ampliando direitos”, explicou o secretário geral da CUT, Sérgio Nobre, que coordenou a reunião.

Entre as bandeiras do movimento, ressaltou o líder cutista, estão:  
1- Redução da jornada para 40 horas semanais – que segundo estudos do Dieese tem potencial para gerar mais de dois milhões de empregos-;

2- Fim do Fator Previdenciário;

3- Reforma agrária – com o assentamento de 200 mil famílias;

4- 10% do PIB para a educação;

5- 10% do PIB para a saúde;

6- Regulamentação da Convenção 151 da OIT – que garante a negociação coletiva no serviço público;

7- Ratificação da Convenção 158 – que combate a demissão imotivada - e a valorização dos trabalhadores aposentados e pensionistas.

“É uma pauta social, com bandeiras amplas, que soma trabalhadores da cidade e do campo, estudantes e idosos pelo desenvolvimento com valorização do trabalho. Desde agora nós vamos mobilizar nossa militância para encher a Esplanada, para entupir o Planalto”, sublinhou Sérgio Nobre. Frente à retração do PIB e ao agravamento da crise internacional, o cutista destacou a importância de que cada entidade jogue pesado, com a consciência do que está em jogo.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que realizará seu Congresso na capital federal entre os dias 4 e 8 de março, também vai se somar à Marcha, fortalecendo a luta pela reforma agrária e em defesa da agricultura familiar.

Para o secretário geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), “esta retomada da unidade de ação, com reivindicações unitárias, amplia a pressão pelo atendimento da nossa pauta, que cobra mais atenção à produção, que quer mais investimento em políticas públicas”.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, um dos problemas a serem resolvidos é o da desoneração, que acaba repercutindo negativamente na Previdência. “O fato é que quem mais demitiu foi, infelizmente, o mais beneficiado pela política de desoneração”, criticou.

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Uiraci Dantas de Oliveira, lembrou da recente reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), onde foi debatido o baixo crescimento econômico do país e a necessidade de acabar com o superávit primário, “recursos que são drenados do Orçamento para a especulação”. “A queda do PIB se deve à paralisia do investimento público, dos cortes nos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da queda dos investimentos do BNDES. O Brasil não pode seguir neste rumo”, ressaltou Bira,

acreditando que “a Marcha vai dar grande contribuição à luta pelo desenvolvimento nacional”.

“É necessário exigir que o governo apresse o passo na luta contra a crise e para isso vai ser preciso fazer mudanças na política macroeconômica, que tem se revelado um grave obstáculo à valorização do trabalho”, defendeu o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Wagner Gomes

“É hora do país iniciar um novo rumo, em direção a um projeto de desenvolvimento duradouro, que privilegie a produção, a geração de empregos e não a especulação”, defendeu.

“Estamos às vésperas de uma batalha política estratégica onde precisamos cobrar nossa fatia do bolo, daí a importância desta articulação mais ampla”, acrescentou o presidente da CTB Bahia, Adilson Araújo.

Para o presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah, “a Marcha será fundamental para imprimir mudanças importantes, pautas comprometidas com o desenvolvimento mas que não foram cumpridas”. “Precisamos dar visibilidade às reivindicações dos trabalhadores. Queremos um Brasil de inclusão, com trabalho decente, com mais investimento em saúde e educação”, acrescentou.

Na avaliação do presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos, o fundamental é convocar a sociedade para que participe da Marcha, “mostrando ao governo brasileiro que não estamos satisfeitos”. “Nossas bandeiras são as da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), defendem o desenvolvimento do país com valorização do trabalho e distribuição de renda. Só não interessam aos que estão ganhando com a crise”, frisou.

---

### **Centrais convocam marcha a Brasília em março e defendem Reforma Agrária. Leonardo Wexell Severo – Site do MST. 24/01/2013**

CUT, CGTB, CTB, Força Sindical, NCST e UGT vão somar energia para mobilizar dezenas de milhares de pessoas até a Esplanada dos Ministérios em Brasília, no dia 6 de março, “Em defesa da cidadania, do desenvolvimento e da valorização do trabalho”.

Reunidos na sede nacional da Central Única dos Trabalhadores na tarde desta quarta-feira (23), na capital paulista, dirigentes das seis centrais reiteraram a importância do sindicalismo brasileiro estar unificado para que retome o seu protagonismo e exerça pressão sobre o governo e o Congresso pela retomada do investimento público e em defesa da indústria nacional, fortalecendo o mercado interno e garantindo contrapartidas sociais.

Fizemos uma análise econômica do momento e isso nos levou a uma pauta que aponta para a retomada do crescimento, com mais e melhores salários e empregos, garantindo e ampliando direitos”, explicou o secretário geral da CUT, Sérgio Nobre, que coordenou a reunião.

Entre as bandeiras do movimento, ressaltou o líder cutista, estão:

- 1- Redução da jornada para 40 horas semanais – que segundo estudos do Dieese tem potencial para gerar mais de dois milhões de empregos-;

- 2- Fim do Fator Previdenciário;

- 3- Reforma agrária – com o assentamento de 200 mil famílias;

- 4- 10% do PIB para a educação;

- 5- 10% do PIB para a saúde;

- 6- Regulamentação da Convenção 151 da OIT – que garante a negociação coletiva no serviço público;

- 7- Ratificação da Convenção 158 – que combate a demissão imotivada - e a valorização dos trabalhadores aposentados e pensionistas.

“É uma pauta social, com bandeiras amplas, que soma trabalhadores da cidade e do campo, estudantes e idosos pelo desenvolvimento com valorização do trabalho. Desde agora nós vamos mobilizar nossa militância para encher a Esplanada, para entupir o Planalto”, sublinhou Sérgio Nobre. Frente à retração do PIB e ao agravamento da crise internacional, o cutista destacou a importância de que cada entidade jogue pesado, com a consciência do que está em jogo.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que realizará seu Congresso na capital federal entre os dias 4 e 8 de março, também vai se somar à Marcha, fortalecendo a luta pela reforma agrária e em defesa da agricultura familiar.

Para o secretário geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves (Juruna), “esta retomada da unidade de ação, com reivindicações unitárias, amplia a pressão pelo atendimento da nossa pauta, que cobra mais atenção à produção, que quer mais investimento em políticas públicas”.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, um dos problemas a serem resolvidos é o da desoneração, que acaba repercutindo negativamente na Previdência. “O fato é que quem mais demitiu foi, infelizmente, o mais beneficiado pela política de desoneração”, criticou.

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, Ubiraci Dantas de Oliveira, lembrou da recente reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), onde foi debatido o baixo crescimento econômico do país e a necessidade de acabar com o superávit primário, “recursos que são drenados do Orçamento para a especulação”. “A queda do PIB se deve à paralisia do investimento público, dos cortes nos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), da queda dos investimentos do BNDES. O Brasil não pode seguir neste rumo”, ressaltou Bira, acreditando que “a Marcha vai dar grande contribuição à luta pelo desenvolvimento nacional”.

“É necessário exigir que o governo apresse o passo na luta contra a crise e para isso vai ser preciso fazer mudanças na política macroeconômica, que tem se revelado um grave obstáculo à valorização do trabalho”, defendeu o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Wagner Gomes

“É hora do país iniciar um novo rumo, em direção a um projeto de desenvolvimento duradouro, que privilegie a produção, a geração de empregos e não a especulação”, defendeu.

“Estamos às vésperas de uma batalha política estratégica onde precisamos cobrar nossa fatia do bolo, daí a importância desta articulação mais ampla”, acrescentou o presidente da CTB Bahia, Adilson Araújo.

Para o presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah, “a Marcha será fundamental para imprimir mudanças importantes, pautas comprometidas com o desenvolvimento mas que não foram cumpridas”. “Precisamos dar visibilidade às reivindicações dos trabalhadores. Queremos um Brasil de inclusão, com trabalho decente, com mais investimento em saúde e educação”, acrescentou.

Na avaliação do presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, José Calixto Ramos, o fundamental é convocar a sociedade para que participe da Marcha, “mostrando ao governo brasileiro que não estamos satisfeitos”. “Nossas bandeiras são as da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), defendem o desenvolvimento do país com valorização do trabalho e distribuição de renda. Só não interessam aos que estão ganhando com a crise”, frisou.

---

### **Inkra defende assentamento Milton Santos em São Paulo – Site do MDA. 24/01/2013**

Com o objetivo de assegurar a manutenção das famílias do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Milton Santos, o presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, cumpre agenda nesta quinta-feira (24), em São Paulo. Ele se reúne em audiências com autoridades da Justiça Federal, além de representantes dos assentados e de movimentos sociais.

Uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, de fevereiro de 2012, devolveu ao grupo Abdalla a área onde se encontra o assentamento Milton Santos. No final do ano passado, um mandado da Justiça Federal determinou que a reintegração de posse da terra aos antigos proprietários ocorra até o próximo dia 30.

Contudo, o Incra entende que o imóvel pertence à União e busca a definição da sua dominialidade. Segundo Guedes, a reintegração de posse não é razoável, uma vez que ainda não há decisão final de mérito sobre quem tem a propriedade do imóvel.

Após a conclusão do mérito, a autarquia buscará as medidas administrativas e judiciais para garantir definitivamente a dominialidade do imóvel e a permanência das famílias assentadas.



## **Agenda**

No período da manhã, Carlos Guedes de Guedes se reuniu com representante do Ministério Público Federal em Piracicaba e também com o Juízo da 2ª Vara Federal naquele município. O Incra solicitou à 2ª Vara Federal de Piracicaba a manutenção das famílias no PDS Milton Santos. Nesta tarde, o presidente da autarquia se encontra, na capital do estado, com desembargadores do TRF - 3ª Região e, logo após, com representantes dos assentados e de movimentos sociais, na Superintendência do Incra em São Paulo.

---

## **Movimento dos Sem Terra culpa governo por desmobilização. Evandro Eboli – O Globo. 23/01/2013**

*MST atribui redução das invasões à frustração dos sem-terra com ritmo lento da reforma agrária*

BRASÍLIA — Organização que mais invadiu propriedades rurais até hoje, o Movimento dos Sem Terra (MST) diz que as invasões desaceleraram nos dez anos de governos do PT por causa da lentidão do governo federal na criação de novos assentamentos de reforma agrária. Para Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, o processo está tão vagaroso que as famílias dos sem-terra perderam a disposição de obter imóveis rurais com esse tipo de ação.

— A lentidão do governo para criar assentamentos é tão grande que as famílias de trabalhadores rurais perderam a perspectiva de conquistar a terra com ocupações. Muitas buscaram outras formas de sobreviver, porque é difícil esperar quatro ou cinco anos para ser assentado — disse Conceição.

Ele garantiu, porém, que ainda há nos acampamentos do MST 90 mil famílias.

— Esses trabalhadores rurais pobres querem ser assentados. Se o governo criar quatro assentamentos grandes em cada estado, aumentará novamente o número de ocupações, porque os trabalhadores pobres do campo voltarão aos acampamentos com a esperança renovada de conquistar a terra.

Como revelou ontem O GLOBO, em 2012 foram promovidas 176 invasões de terra, o segundo menor número nos dez anos de PT na Presidência da República. Para o coordenador do MST, o governo Dilma não fortalece os assentamentos existentes e favorece os grandes fazendeiros e proprietários de terra.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) também atribui a redução das invasões à falta de empenho do governo na sua política de reforma agrária.

— A baixa perspectiva de assentamentos provoca esse desestímulo. O governo criou 885 assentamentos em 2005. Em 2011, esse número caiu para 109. Foi o menor índice dos últimos 15 anos. É inconcebível. Os movimentos do campo organizam uma grande mobilização em 2013 para chamar atenção para o descaso com a reforma agrária. Não vamos deixar barato para esse governo — disse Willian Clementino, diretor de Política Agrária da Contag.

---

**Presidente do Incra reúne-se com assentados. Cristiane Agostine e Cristine Prestes  
– Valor Econômico. 25/01/2013**

A invasão de cerca de 50 trabalhadores rurais e estudantes no Instituto Lula, na capital paulista, por mais de 32 horas, deu visibilidade nacional aos manifestantes, mas resultou em poucos resultados concretos e não afastou a possibilidade de despejo na próxima semana das famílias que vivem no assentamento Milton Santos, no interior paulista. Sem conseguir fazer que o governo federal desapropriasse a área por interesse social, os invasores migraram para a superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na capital, e juntaram-se a outros assentados que estão no local há dez dias.

Os manifestantes queriam que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedisse à presidente Dilma Rousseff a desapropriação da área, encerrando disputas judiciais pela propriedade. As famílias que vivem no assentamento devem ser despejadas dia 30. A invasão ao instituto rendeu, além da cobertura midiática, uma reunião com o presidente do Incra, Carlos Guedes, negociada pelo presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

Os assentados reuniram-se ontem por três horas com o presidente do Incra, mas não conseguiram resolver o problema. Para o porta-voz dos manifestantes, Paulo Albuquerque, o governo não quer desapropriar a área para "não abrir precedente" para outros assentados. "O governo não dá nenhuma garantia de que não vamos ser despejados. O Incra não reverteu a situação. Querem empurrar o problema até que a gente caia no esquecimento", disse.

O presidente do Incra afirmou que o governo entrou com medidas judiciais para postergar a ordem de despejo e afirmou que Dilma não poderia desapropriar a área porque o domínio do terreno está em disputa entre a União e a família Abdalla. "A decisão não depende do governo, mas sim do Judiciário", disse.

A disputa pela área já tem mais de 30 anos e teve origem na época da ditadura. Em 1976, o governo confiscou as terras, de propriedade da família Abdalla para o pagamento de uma dívida com o INSS. Considerado arbitrário pelos Abdalla, o confisco foi contestado na Justiça e a disputa só foi encerrada em 2001.

Segundo os advogados que defendem a família, após a comprovação do pagamento da dívida a Justiça determinou a devolução da área aos antigos donos em decisão que transitou em julgado. Os 70 hectares, situados entre Americana e Cosmópolis, são uma parte da propriedade da família, cujas terras circundam o assentamento Milton Santos, e foram arrendados pela Usina Açucareira Ester, que ainda está no local.

Em 2005 a área foi invadida por trabalhadores sem-terra, mas uma decisão judicial determinou que deixassem o local. Segundo a defesa dos Abdalla, no ano seguinte o Incra ingressou com uma ação de reintegração de posse contra a usina, argumentando que a propriedade era, na realidade, do INSS, e os trabalhadores retornaram ao local. Em meados de 2012, os Abdalla conseguiram a posse do local na Justiça, que determinou a retirada dos ocupantes até o dia 30. O terreno, no entanto, está registrado no nome do INSS.

Esta não é a primeira vez que a família Abdalla enfrenta ações judiciais por causa de suas vastas propriedades de terras em São Paulo. Os herdeiros de J.J. Abdalla, que foi um dos homens mais ricos do país e cujas propriedades incluem indústrias de tecelagem e cimento, entre outras, fazendas de café, cana-de-açúcar e criação de gado e bancos, são alvos de uma ação popular que contesta o maior precatório já emitido pela desapropriação de terras no Brasil. Os Abdalla eram donos do terreno onde hoje está o Parque Villa-Lobos, na capital paulista, cujo precatório pago pelo governo estadual chegou a quase R\$ 2 bilhões e foi quitado em dez parcelas. O processo contesta o pagamento indevido de juros provocado por um erro procedimental, que levou o valor inicial da propriedade de cerca de R\$ 600 milhões para os R\$ 2 bilhões recebidos pela família.

---

### **Cícero Guedes, coordenador da ocupação na Usina Cambahyba, é assassinado no Rio – Site do MST. 26/01/2013**

O trabalhador rural e militante do MST Cícero Guedes foi assassinado por pistoleiros nesta sexta-feira (25/1), nas proximidades da Usina Cambahyba, no município de Campos dos Goytacazes (RJ).

Cícero foi baleado com tiros na cabeça quando saía do assentamento de bicicleta. Nascido em Alagoas, ele foi cortador de cana e coordenava a ocupação do MST na usina, que é um complexo de sete fazendas que totaliza 3.500 hectares.

Esse latifúndio foi considerado improdutivo, segundo decisão do juiz federal Dario Ribeiro Machado Júnior, divulgada em junho. A área pertencia ao já falecido Heli Ribeiro Gomes, ex-vice governador biônico do Rio, e agora é controlada por seus herdeiros.

Cícero Guedes era assentado desde 2002 no Sítio Brava Gente, no norte do Rio de Janeiro, no assentamento Zumbi dos Palmares, mas continuou a luta pela Reforma Agrária. Era uma referência na construção do conhecimento agroecológico tanto entre os companheiros de Movimento como também entre estudantes e professores da Universidade do Norte Fluminense.

No lote, ele desenvolvia técnicas da agroecologia, com uma diversidade de plantas, respeitando a natureza e aproveitando de tudo que ela poderia dar. Começou com o plantio de sua cerca viva de sabiá, que viu sua propriedade melhorar visualmente e também obter uma boa fonte de renda.

Cícero também era conhecido pelas suas bananas, presentes em muitas partes do lote, consorciadas com leguminosas, milho e espécies frutíferas. Os filhos cresceram vendo a experiência se desenvolver e aprenderam com o pai que os alimentos produzidos na agroecologia têm qualidade superior aos do supermercado.

O agricultor assentado Cícero Guedes dos Santos, desde o início da ocupação do seu lote em 2002, já possuía o desejo de ter em sua área diversidade de plantas, respeitando a natureza e aproveitando de tudo que ela poderia dar. A natureza, inclusive, foi a fonte de inspiração para esse tipo de consciência e o entendimento da mesma fez com que esse sentimento de preservação e convívio fosse dia-a-dia aumentando.

## Violência do latifúndio

O complexo de fazendas tem sido palco de todo tipo de violência: exploração de trabalho infantil, exploração de mão de obra escrava, falta de pagamento de indenizações trabalhistas, além de crimes ambientais.

Em dezembro, o Incra fez o compromisso de criar um assentamento na área da usina, mas até agora não avançou no sentido de assentar as famílias.

A morte do companheiro Cícero é resultado da violência do latifúndio, da impunidade das mortes dos Sem Terra e da lentidão do Incra para assentar as famílias e fazer a Reforma Agrária. O MST exige que os culpados sejam julgados, condenados e presos.

As fazendas da Usina Cambahyba acumulam dívidas de milhões com a União e seu processo de desapropriação está paralisado há 14 anos — desde que o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) considerou aquelas terras improdutivas e passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Porém, a dívida da usina não se limita ao aspecto financeiro. No último mês de maio, os brasileiros ficaram estarecidos com a revelação de que os fornos de Cambahyba foram usados para incinerar corpos de 10 militantes políticos durante a ditadura civil-militar brasileira. A confissão do ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), Cláudio Guerra, consta no livro “Memórias da uma guerra suja” e foi divulgada por toda a imprensa.

Até hoje, porém, a Justiça Federal impede a desapropriação da área e já determinou despejos violentos de famílias que reivindicam a terra. Essa é a segunda vez que o MST realiza uma ocupação na área da usina.

A primeira foi em 2000, e seis anos depois, as Polícias Federal e Militar, por decisão da Justiça Federal de Campos, despejaram as 100 famílias que haviam criado o acampamento Oziel Alves II.

---

## **Jovens abandonam assentamentos rurais – O Globo. 27/01/2013**

*Luta por qualidade de vida, educação, renda e lazer faz jovens abandonarem assentamentos*

Maria Cromaço da Silva, 50 anos, teve 22 filhos e 13 morreram. Dos nove que restaram, seis aprenderam a viver entre a lona preta do acampamento e o lote no assentamento Nova Canaã, em Tracunhaém, a 48 quilômetros de Recife. Os mais novos têm entre 9 e 16 anos e já avisaram a mãe: vão seguir o caminho de Cássia (24 anos) e Cassiano (18 anos), que decidiram ganhar a vida na cidade.

Assim como Cássia, vendedora em um supermercado de São Paulo; e Cassiano, ajudante de pedreiro em Paulista (PE), milhares de jovens de uma população de cerca de quatro milhões de assentados da reforma agrária no Brasil marcham rumo aos centros urbanos. A luta é por qualidade de vida. E por educação, renda, lazer e poder para decidir o próprio destino.

Não há estatística oficial sobre o êxodo de jovens dos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas as duas mais expressivas organizações sociais do campo relatam estimativas alarmantes para o futuro da Reforma Agrária. A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) estima que oito entre dez filhos de assentamentos já os abandonaram ou pretendem fazê-lo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) crê numa evasão de 60% e faz mobilizações para tentar fixar o jovem na terra. No Rio Grande do Sul, o próprio Incra estima que sete em cada dez descendentes de assentados não permanecem no campo.

- A juventude está indo embora, vai para a cidade virar garçom. E os assentamentos estão ficando envelhecidos - lamenta o coordenador nacional do MST, Alexandre Conceição.

A saga da família Silva, em Tracunhaém, se repete no assentamento vizinho, Ismael Filipe, onde nenhuma das 53 famílias conseguiu acesso ao crédito agrícola do Pronaf Jovem. Ana Paula da Silva Florêncio, de 37 anos, viu as duas filhas mais velhas migrarem. Priscila, que visitava o assentamento na semana passada, concluiu o ensino médio e mudou-se para Recife, onde cuida de uma idosa e tenta juntar dinheiro para fazer um curso que lhe dê novo horizonte. Só voltará para o campo se obtiver diploma de técnico agrícola.

- Há dificuldade demais para os jovens permanecerem aqui. Conheço pelo menos 20 que foram para longe. Querem estudo, vida melhor. Isso aqui seria um excelente lugar para criar os filhos se houvesse oportunidade. Mas, infelizmente, eles começam a ser discriminados ainda pequenos. O Pedro (filho de Priscila) não queria ir mais para a escola porque lá era xingado de "matuto de engenho" ou "sem-terra" - conta a descendente do assentamento.

### **No RS, abandono de um quarto dos lotes**

Priscila engrossa a fileira de mulheres que deixam o campo. A marcha delas para longe dos assentamentos é maior do que a de jovens homens, relatam os pesquisadores Sérgio Sauer, da Universidade de Brasília (UnB), e Elisa Guaraná, da Universidade Federal Rural do Rio (UFRRJ), coordenadora de políticas para juventude rural da Secretaria Geral da Presidência da República. Ambos defendem uma reformulação das políticas públicas para atrair o jovem.

- A migração se dá pela falta do tripé educação, renda e lazer. Mas também, pela falta de valorização do trabalho no campo, existe um olhar pejorativo. Além disso, os jovens buscam autonomia. E, no caso das mulheres, elas têm menos espaço no processo de decisão (no assentamento) - explica Elisa.

Os números do Censo do IBGE apontam que, de 2000 a 2010, a população rural diminuiu 6%, enquanto a urbana cresceu 17%. Entre jovens de 15 a 29 anos, houve queda de 9% no número de habitantes, ao passo que, nas cidades, o mesmo grupo etário aumentou 11%. Segundo o Incra, 37,3% da população nos assentamentos têm entre 11 e 30 anos, enquanto 13,7% dos moradores da cidade, entre 21 e 30 anos.

Para o Incra, os dados mostram que o êxodo nos assentamentos segue o ritmo ditado no campo. MST e Fetraf advertem que a falta de medidas urgentes provocará o

esvaziamento da força de trabalho. Em pleno 2013, 12% dos assentamentos não têm fonte segura de energia elétrica. Ensino médio, produção com valor agregado, crédito rural e posse de terra para jovens são tão escassos quanto o acesso à internet. Cinema e teatro são um universo distante.

- Estamos assistindo a uma política de extermínio do campesinato e falta estímulo para que jovens permaneçam nos assentamentos. Pernambuco está vivendo um boom na construção civil, e, como o jovem não se viabiliza no campo, desce para o mercado de trabalho que não exige grande qualificação. Nas grandes cidades, passam a viver na periferia em péssimas condições - afirma Plácido Júnior, da Coordenação da Comissão Pastoral da Terra.

Berço do MST, o Rio Grande do Sul também sofre com a migração dos jovens da reforma agrária. Filhos e netos dos primeiros acampados, que conceberam o movimento com a invasão da Fazenda Annoni (85), estão indo para zonas urbanas e deixando para trás áreas rurais que deveriam ser ocupadas para a produção de alimentos. De acordo com as estatísticas do Incra, das 16 mil famílias que receberam lotes até o final de 2011, 4 mil (25%) desistiram da terra.

Enquanto o MST prepara, para fevereiro, um seminário estadual cujo objetivo é reunir 150 filhos de agricultores para discutir como permanecer no campo, a família de José Danir e de Maria de Lourdes, no assentamento Itapuí, em Nova Santa Rita, transformou a área de plantio do lote em um condomínio de casas para os filhos.

Os oito filhos do casal trabalham ou estudam na cidade, a oito quilômetros do assentamento, e nunca se dedicaram à terra. Aos 62 anos e aposentado pelo INSS, Danir produz grãos e algumas hortaliças para consumo próprio. Não há comércio da produção. A renda do agricultor é complementada pelo arrendamento de parte da área para reflorestamento, uma prática proibida pelo Incra.

- Eu gostaria que eles (filhos) estivessem aqui, trabalhando comigo, mas não há incentivo. O serviço é duro, é preciso persistência para aguentar - diz o agricultor aposentado.

### **O sonho: seguir os passos do ministro do STF**

Adalberto Martins, coordenador da Cooceargs (Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul), diz que o fenômeno do êxodo de jovens é mais visível nos conglomerados rurais mais antigos, onde os filhos ou netos de camponeses estão chegando à idade produtiva.

- A maioria busca atividade assalariada nas cidades porque a terra não dá para todo mundo. Os lotes foram demarcados para sustentar uma família apenas, então, é preciso buscar alternativas. É um fenômeno que atinge não só os assentamentos, mas também a agricultura familiar - reconhece o dirigente.

- O apelo urbano é muito forte - afirma o superintendente substituto do órgão no estado, Francisco Emílio Lemos.

Em Alagoas, Alan Ângelo Ferreira tem 20 anos e um sonho: ser ministro do STF, como o ministro Joaquim Barbosa. O pai queria que ele trabalhasse na roça ou estudasse cursos em áreas agrárias. Entrou em uma escola agrícola na cidade de Barreiros, vizinha a Maragogi. Alan fez Teologia, mas também não se encontrou. Seu caminho foi traçado depois que viu na TV um homem negro, filho de empregada doméstica, sentar pela primeira vez na cadeira de ministro do Supremo:

- Por isso, minha decisão não muda: serei ministro do STF. O caminho é longo, mas a disposição é muita.

Ele passou no vestibular de Direito em uma faculdade privada em Maceió. Virou vendedor para cobrir os custos da viagem e da faculdade. Agora, no assentamento de Maragogi, o esforço da família é para ajudá-lo. Ele promete retribuir, mas fora da roça:

- Não quero voltar ao assentamento. Quero ajudar minha família.

---

### **Líder do MST é encontrado morto no Rio de Janeiro. Bruna Fantti e Juliana Dal Piva \_ Folha de São Paulo. 27/01/2013**

*Corpo traz marcas de tiros; não há suspeitos*

O trabalhador rural e militante do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) Cícero Guedes dos Santos, 49, foi encontrado morto a tiros na manhã de ontem pela polícia, em uma estrada vicinal, perpendicular à BR 356, que liga Campos dos Goytacazes a São João da Barra (RJ).

A polícia informou que já fez perícia no local, mas ainda não tem suspeitos. Segundo o MST, Cícero foi baleado ontem quando saía do assentamento de bicicleta.

Nascido em Alagoas, ele foi cortador de cana e coordenava a ocupação do MST na usina, que ocorreu em novembro de 2011. O MST informou que Cícero Guedes era assentado desde 2002 no sítio Brava Gente, no Rio de Janeiro, no assentamento Zumbi dos Palmares, mas continuou na luta pela reforma agrária.

Parte da área ocupada é um complexo de sete fazendas que somam 3.500 hectares. Pertencia a Hely Ribeiro Gomes, ex-vice governador biônico do Rio. Após sua morte, a área passou a ser controlada por seus herdeiros.

Em 14 de janeiro, o Incra anunciou em seu site a criação de um assentamento na área da usina. Para o MST a morte de Cícero "seria resultado da violência do latifúndio, da impunidade das mortes dos sem-terra e da lentidão do Incra para assentar as famílias e fazer a reforma agrária". A organização exige a investigação dos fatos.

---

### **MST: governo federal vai acompanhar investigação – O Globo. 28/01/2013**

*Dirigente foi assassinado com vários tiros na cabeça e nas costas*

RIO - A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (Alerj) acompanharão as investigações do assassinato de Cícero Guedes dos Santos, de 47 anos, um dos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), ocorrido em Campos no último sábado. O corpo da vítima foi sepultado neste domingo no Cemitério Campos da Paz.

A coordenadora do MST no Rio, Marina Santos, suspeita de execução. Ela organizou um protesto e uma homenagem a Cícero no cemitério.

— É óbvio que foi mais um crime de latifúndio na região de Campos, onde sempre aconteceu esse tipo de atrocidade e ninguém nunca é punido. Desta vez, as autoridades têm que investigar — disse Marina.

O corpo foi encontrado na madrugada de sábado numa estrada a 12 quilômetros do Centro de Campos. Cícero retornava para casa após uma reunião na Usina Cambahyba, recentemente ocupada pelo MST, quando foi executado com vários tiros na cabeça e nas costas. Segundo amigos, ele estava envolvido na mobilização para impedir um novo traçado na BR-101, que ocuparia terras de pequenos produtores.

### **Deputado quer punição de culpados**

Presidente da Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, Marcelo Freixo (PSOL) esteve no velório e exigiu prioridade nas investigações, sob a responsabilidade da Polícia Civil.

— É uma perda irreparável. Quero que o caso seja bem investigado para que os culpados recebam punição — disse Freixo. — Foi execução. Todos os pertences da vítima foram deixados no local. A região é de muitos conflitos, pela grande quantidade de terra. Tudo leva a crer que tenha sido crime político.

A ministra da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, divulgou uma nota lamentando a morte. Ela conversou por telefone com a viúva do dirigente, Maria Luciene, e manifestou pesar em nome da presidente Dilma Rousseff.

Na nota, Maria do Rosário afirma que a situação de disputa fundiária na região entre Campos e o município vizinho de São João da Barra “tem sido agravada pela morosidade na tramitação de processos judiciais que envolvem imóveis considerados improdutivos e, portanto, passíveis de desapropriação para a reforma agrária”. Em outro trecho, ela diz que “o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) havia determinado, há 14 anos, a desapropriação das fazendas que compõem a Usina Cambahyba. Mas só em agosto de 2012 a Justiça autorizou que a autarquia federal desse prosseguimento à desapropriação dos imóveis”.

A ministra indicou Wadih Damous, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), para acompanhar o caso em nome do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.



O MST prepara uma série de manifestações contra o crime. O bispo de Campos, dom Fernando Paez, esteve no velório e declarou que a violência no campo não pode ser mais tolerada.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, o número de conflitos no campo entre 2010 e 2011 passou de 1.186 para 1.363. Já o número de trabalhadores rurais ameaçados de morte subiu de 125 para 347 no mesmo período.

Num comunicado, a Polícia Civil informa que está empenhada na investigação da morte do líder MST. A instituição diz ainda que medidas cautelares estão sendo adotadas para esclarecer a autoria e a motivação do crime.

---

### **Encontro de Prefeitos: Reforma agrária injeta R\$ 3,4 bilhões na economia em 2013- Site do INCRA. 29/01/2013**

Os prefeitos que estabelecerem parcerias com o Incra para o desenvolvimento da reforma agrária nos municípios terão prioridade nos investimentos da autarquia. Essa foi a mensagem do presidente da autarquia, Carlos Guedes de Guedes, aos participantes do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília (DF), na tarde desta terça-feira (29).

Durante a oficina 'Reforma Agrária', Carlos Guedes reforçou as novas diretrizes do Instituto, baseadas na integração de políticas públicas do Governo Federal. A atuação conjunta permitiu ao Incra ampliar o volume de recursos destinado à reforma agrária em 2013. Serão investidos cerca de R\$ 3,4 bilhões em programas como o Minha Casa, Minha Vida, Água para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos, assistência técnica e infraestrutura. Desse total, cerca de R\$ 2,5 bilhões vêm do orçamento do Incra.

"O assentamento é uma comunidade que vive dentro do município e aqueles que nos apoiarem nessa integração terão prioridade nos investimentos do Incra", reiterou o presidente, ao destacar o auxílio das prefeituras beneficiadas com retroescavadeiras ou motoniveladoras por meio do PAC Equipamentos na abertura e conservação de estradas em assentamentos.

"Com todos os municípios que receberem as máquinas queremos fechar parcerias pedindo que se comprometam a adquirir a produção dos assentados para seus programas governamentais", disse. A meta a partir da ação, segundo ele, é implantar ou recuperar ao longo do ano pelo menos cinco mil quilômetros de estradas em áreas de reforma agrária. O Piauí foi o primeiro estado do País onde houve acordo nesse sentido, com a adesão de quatro prefeituras. Além do combustível nessas máquinas, Guedes afirmou que em algumas situações o Incra pode apoiar a locação de alguns equipamentos para compor uma patrulha mecanizada que vai fazer a manutenção e conservação das estradas.

#### **Apoio**

Durante a oficina, muitos participantes, entre prefeitos e representantes de municípios, demonstraram interesse em fazer parte dessa nova dinâmica, que vai permitir não apenas a transformação dos assentamentos em comunidades rurais autônomas

econômica e socialmente, como a promoção do desenvolvimento de toda a região na qual se inserem.

Uma medida anunciada pelo presidente foi a de transformar as Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs) existentes nas prefeituras em Salas da Cidadania, para atendimento básico, nos moldes do que já é feito nas superintendências regionais da autarquia. "Para isso, já estamos desenvolvendo um sistema informatizado. Pretendemos investir para que os municípios recebam computadores e um técnico para que as famílias assentadas não tenham que fazer grandes deslocamentos", completou.

O Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, promovido pelo Governo Federal e organizado pelo Secretaria das Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), teve início nesta segunda-feira (28) e prossegue até quarta-feira (30). O objetivo do encontro é apresentar aos novos gestores municipais os programas do governo federal que podem ser acessados pelas prefeituras.

---

### **Universidades que aplicarão Residência Agrária para assentados conhecem o Incra – Site do INCRA. 30/01/2013**

Cerca de 50 representantes de entidades participam até esta quinta-feira(31) na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, de oficina para iniciar a instalação dos cursos de Residência Agrária em todas as regiões brasileiras. O evento é promovido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e tem o objetivo de articular os programas a serem apresentados com as estratégias de desenvolvimento do Incra para a reforma agrária.

Os pesquisadores presentes, em sua maioria professores de departamentos de universidades públicas e federais, se reuniram para organizar os cursos que vão apoiar a produção, a capacitação, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento social, das famílias assentadas em todas as regiões do Brasil. Durante o encontro eles conheceram melhor a Autarquia Agrária Federal e os programas voltados para o desenvolvimento dos assentados. Foi ressaltada a integração entre programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), a assistência técnica, o programa Terra Sol e outras ações do Instituto.

Na abertura, o presidente do Incra, Carlos Guedes, destacou a importância do curso para o fortalecimento da reforma agrária e da agricultura familiar no país. "A residência agrária pode identificar quais os meios adicionais para dar suporte em campo às carências e necessidades, bem como construir possibilidades para melhoria de vida das pessoas", afirmou. "Este é um projeto associado às demais iniciativas que estamos desenvolvendo no Incra. A expectativa é avançarmos na interlocução com os governos estaduais e municipais das regiões onde os cursos estarão instalados", observou ainda o presidente do Incra.

### **Chamada Pública**

Os consórcios foram selecionados na chamada pública nº 26/2012 lançada em outubro do ano passado, em conjunto pelo Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq). Foram aprovados 36 projetos de Residência Agrária em 24 universidades de 18 estados brasileiros. No total, serão investidos R\$ 40,5 milhões para essas instituições de ensino executarem projetos de pesquisa e extensão rural voltados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de assentamentos da Reforma Agrária.

A coordenadora do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), Clarice Aparecida dos Santos, disse que com esses projetos de Residência Agrária a educação no campo será fortalecida. "A parceria com o CNPq é essencial, pois reativa uma rede de pesquisadores de educação ligada à reforma agrária e ao campo", disse. Clarice destacou que os projetos de pesquisa em educação no campo buscam integrar-se à estratégia de desenvolvimento dos assentamentos, trabalhando conjuntamente com Pronera, ATES e Terra Sol. Estes são, respectivamente, programa do Incra que atuam na educação do campo, assistência técnica rural e financiamento de projetos de desenvolvimento, como as agroindústrias .

Já o professor Bernardo Mançano Fernandes , coordenador da cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Unesp Presidente Prudente, o momento é importante porque se está construindo um efetivo projeto de educação rural. Para ele os paradigmas de desenvolvimento no campo brasileiro são basicamente dois: Questão Agrária e Capitalismo Agrário. "Há quem defenda que a agricultura familiar esteja inserida no agronegócio. Este é o paradigma Capitalismo Agrário. Considero que neste modelo a agricultura familiar e camponesa ocorre sempre de forma subalterna, ficando o agronegócio, que é essencialmente monocultor, como majoritário", disse. Segundo o professor, o paradigma Questão Agrária é o modelo que defende o desenvolvimento do campo por meio da agricultura familiar e da diversificação da produção.

---

### **Prefeitos cobram do Incra fortalecimento de áreas da Reforma Agrária. Íris Pacheco – Site do MST. 30/01/2013**

Nesta terça (29/1), a Reforma Agrária foi tema de debate no Encontro Nacional com novos Prefeitos e Prefeitas, que ocorre em Brasília, ao se tratar do desenvolvimento econômico do Brasil. O Encontro, que começou nesta segunda (28/1), reúne prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais de todo o país eleitos em 2012 para a gestão 2013-2016. O objetivo do evento é promover aos governantes subsídios sobre programas e ações federais que possam auxiliá-los durante os mandatos.

O debate girou em torno das parcerias que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) propõe em desenvolver com os municípios. Durante a oficina, os prefeitos e prefeitas presentes questionaram o presidente do Incra, Carlos Guedes, sobre a ausência de ações efetivas que promovam o avanço da Reforma Agrária no país.

#### **Leia**

**também**

Campanha compromete prefeitos no combate ao uso de agrotóxicos

Um dos principais entraves é o engessamento dos órgãos federais. As manifestações dos participantes demonstraram diversos problemas, todos ligados à burocracia ou inoperância quando o assunto é desenvolver políticas para a Reforma Agrária. O

prefeito de Ipiranga do Norte no estado do Mato Grosso, Pedro Ferronato (PTB), que é assentado há 17 anos, argumenta que o governo deve tirar as propostas do papel.

“Tem que sair do papel porque estamos cansados. Estamos sempre dispostos a fazer parceria, porque a prefeitura já faz por conta própria. O que seria interessante é que eles venham com a modernidade, que façam as coisas acontecerem. O governo tem que ajudar mais, tem que investir na Reforma Agrária”, afirma.

O descaso com a Reforma Agrária é latente de norte a sul do Brasil. Em Wenceslau Guimarães, município localizado na região baixo sul da Bahia, existem aproximadamente 18 assentamentos e acampamentos, e os entraves com a infraestrutura, como estradas, são constantes.

Embora o município de Wenceslau tenha uma secretaria de Reforma Agrária e desenvolva ações em parceria com movimentos sociais do campo, como o MST, o prefeito Nestor Vincente (PDT) diz que conta com uma presença maior do Incra para realizar ações efetivas na região. “Contamos com o apoio do Incra para que a gente possa desenvolver este trabalho dentro dos assentamentos, visando melhorar as condições de vida dos assentados”.

Os municípios podem se envolver diretamente nos programas de mudanças da agricultura. Um exemplo é garantir o escoamento da produção oriunda da agricultura familiar. Para tanto, é necessário infraestrutura de qualidade.

A Prefeita do município de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, Margareth Simon Ferreti (PT), comenta que por conta dificuldade em infraestrutura nos assentamentos, como estradas, o acesso para escoar a produção da agricultura familiar fica prejudicado.

“A parceria com o Incra é um nova maneira de conseguirmos acessar os programas e efetivamente transformar essas dificuldades que nós temos em serviços de utilidade para os assentamentos”, diz.

### **Situação da agricultura**

Durante o debate, a Via Campesina entregou um panfleto sobre a situação da agricultura e do meio rural no Brasil. “O intuito dos movimentos sociais do campo com esta iniciativa é contribuir na formulação de políticas públicas voltadas para as questões sociais da agricultura”, afirma Alexandre Conceição, da Coordenação Nacional do MST e Via Campesina Brasil.

---

### **Reforma agrária injeta R\$ 3,4 bilhões na economia em 2013 – Site do MDA. 30/01/2013**

Os prefeitos que estabelecerem parcerias com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – para o desenvolvimento da reforma agrária nos municípios terão prioridade nos investimentos da autarquia. Essa foi a mensagem do presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, aos participantes do Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, na tarde dessa terça-feira (29).

Durante a oficina Reforma Agrária, Carlos Guedes reforçou as novas diretrizes do Instituto, baseadas na integração de políticas públicas do governo federal. A atuação conjunta permitiu ao Incra ampliar o volume de recursos destinado à reforma agrária em 2013. Serão investidos cerca de R\$ 3,4 bilhões em programas como o Minha Casa, Minha Vida, Água para Todos, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assistência técnica e infraestrutura. Desse total, cerca de R\$ 2,5 bilhões vêm do orçamento do Incra.

"O assentamento é uma comunidade que vive dentro do município e aqueles que nos apoiarem nessa integração terão prioridade nos investimentos do Incra", reiterou o presidente, ao destacar o auxílio das prefeituras beneficiadas com retroescavadeiras ou motoniveladoras por meio do PAC Equipamentos na abertura e conservação de estradas em assentamentos. "Queremos fechar parcerias com todos os municípios que receberem as máquinas pedindo que se comprometam a adquirir a produção dos assentados para seus programas governamentais", disse Guedes.

A meta a partir da ação, segundo ele, é implantar ou recuperar ao longo do ano pelo menos cinco mil quilômetros de estradas em áreas de reforma agrária. O Piauí foi o primeiro estado do País que teve acordo nesse sentido, com a adesão de quatro prefeituras. Além do combustível para as máquinas, Guedes afirmou que em algumas situações o Incra pode apoiar a locação de equipamentos para compor uma patrulha mecanizada que cuidará da manutenção e conservação das estradas.

### **Apoio**

Durante a oficina, muitos participantes, entre prefeitos e representantes de municípios, demonstraram interesse em fazer parte dessa nova dinâmica, que vai permitir não apenas a transformação dos assentamentos em comunidades rurais autônomas econômica e socialmente, como a promoção do desenvolvimento de toda a região na qual se inserem.

Uma medida anunciada pelo presidente foi a de transformar as Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs) existentes nas prefeituras em Salas da Cidadania, para atendimento básico, nos moldes do que já é feito nas superintendências regionais da autarquia. "Para isso, já estamos desenvolvendo um sistema informatizado. Pretendemos investir para que os municípios recebam computadores e um técnico para que as famílias assentadas não tenham que fazer grandes deslocamentos", completou.

O Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, promovido pelo governo federal e organizado pelo Secretaria das Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), teve início nessa segunda-feira (28) e prossegue até esta quarta-feira (30). O objetivo do encontro é apresentar aos novos gestores municipais os programas do governo federal que podem ser acessados pelas prefeituras.

---

### **AGU suspende reintegração de posse e famílias permanecem no assentamento Milton Santos – Site do MDA. 30/01/2013**

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu, na Justiça, a permanência das 66 famílias que residem no assentamento Milton Santos, localizado na cidade paulistana de Americana (SP). A liminar foi deferida na ação de oposição apresentada em defesa do

Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) que busca comprovar a titularidade do Sítio Boa Vista.

De acordo com a Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região (PRF3), que atua em defesa do INSS, foi anexada à ação cópia do Decreto nº 77.666/76 comprovando que o imóvel foi incorporado à propriedade da autarquia previdenciária, e também, registros imobiliários que demonstram que o local está cadastrado em nome do Instituto.

A unidade da AGU alertou que a retirada de todas as famílias poderia causar sérios danos à ordem e à segurança públicas, principalmente pela possibilidade de enfrentamento entre os trabalhadores rurais e as pessoas que irão cumprir a reintegração. A Procuradoria alertou também que no assentamento residem muitas crianças que podem sofrer consequências pela desocupação.

Ao analisar o caso, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região levou em consideração que 66 famílias vivem no local há pelo menos seis anos e que a retirada dos moradores poderia causar perda e dano. O juízo entendeu que o INSS representado pela AGU tem legítimo interesse em defender seu domínio sobre as terras objeto da reintegração de posse, assim como a cessão feita ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a manutenção das famílias assentadas.

"Ressalto, ainda, que aqui se trata de terras já se encontram destinadas a uma finalidade, com relevantes investimentos realizados no local, atos que, em meu entender, legitimamente, induziram a posse", destacou um trecho da decisão.

## **Histórico**

Em 1976, a autarquia responsável pelo pagamento de pensões e aposentadorias era o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que adquiriu o Sítio de Boa Vista e realizou o devido registro imobiliário sob o nº 9.988. A autarquia foi sucedida pelo Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas), em 1977. Posteriormente, em 1990, pelo INSS. Todos os bens da primeira unidade foram incorporados durante a sucessão.

Tendo em vista o interesse do Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (Incra) no terreno, em 2005 o INSS cedeu o sítio para implantação do projeto de assentamento. Ocorre que durante a demarcação do local foi encontrada cultura de cana de açúcar realizada pela Usina Ester.

O Incra, então, propôs uma ação de reintegração de posse da área que foi deferida em 2005, garantindo o direito à implantação do projeto de assentamento. Em 2006, o Instituto de Colonização criou o projeto de Desenvolvimento Sustentável Milton Santos, criado pela Portaria nº 52 com capacidade para 100 famílias. No local foram alojadas, 66 famílias que somam 200 pessoas.

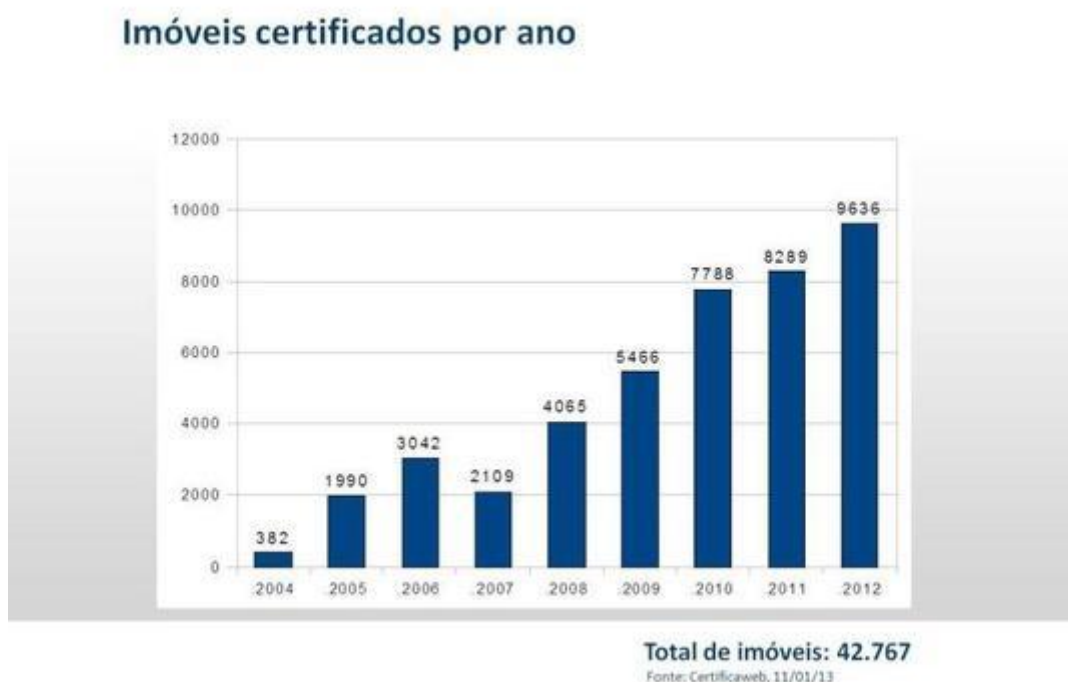
Em 2012, seis anos após a implantação do assentamento, a Usina Ester ajuizou uma ação possessória da área e conseguiu uma determinação para a desocupação do local. No entanto, a ação não envolveu o INSS, proprietário legítimo do local. De acordo com a empresa, ela teria um contrato de arrendamento com os antigos donos do local.

Por esse motivo o INSS acionou a Justiça para comprovar a titularidade da propriedade. Representada pela PGF, a autarquia previdenciária informou ter interesse em manter todas as famílias assentadas no local diante do importante interesse social envolvendo o caso. Além disso, explicou que eventuais direitos pessoais decorrentes do contrato de arrendamento irregular devem ser cobrados diretamente do arrendador que negociou bens que não possuía com a Usina Ester.

A PRF3 é uma unidade da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

---

### **Mudanças promovidas pelo Incra resultam em crescimento de certificações de imóveis rurais – Site do MDA. 31/01/2013**



O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) registrou, em 2012, o maior número de certificações de imóveis rurais dos últimos oito anos. De um total de 42.767 propriedades certificadas desde 2004, quase 23% – ou 9.636 imóveis – passaram a essa condição em 2012 (veja tabela). Isso representa 23,6 milhões de hectares com a segurança de que os limites não se sobrepõem a outros imóveis e que o georreferenciamento foi realizado conforme as especificações técnicas legais.

O resultado é fruto de ações promovidas pelo Incra para simplificar e agilizar a certificação. A principal delas foi a publicação, em novembro, da Norma de Execução nº 105, que conferiu celeridade à análise dos processos e alavancou a emissão de certificados, quintuplicando o número de documentos emitidos, fazendo com que a média diária chegue, atualmente, a 140 certificações.

Para se ter uma ideia do dinamismo empreendido ao processo a partir da alteração do marco legal, apenas entre 27 de novembro e 31 de dezembro, foram emitidas 3.036 certificações (representando 4,8 milhões de hectares), contra 6,6 mil (ou 18,8 milhões de hectares) no período de 1º de janeiro a 26 de novembro de 2012.

“Antes da norma, a análise dos processos extrapolava a competência do Incra. Com essa correção de rumos, os servidores da área se concentram estritamente no que a legislação determina que a autarquia faça”, afirma o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária, Richard Torsiano.

Ele lembra, ainda, que a análise dos processos em tramitação resultou em cerca de 34 mil notificações aos interessados em 2012. “Isso quer dizer que nosso trabalho foi feito, mas a certificação não ocorreu em função de haver inconsistências. O interessado é informado sobre elas, tendo 60 dias para se manifestar e tentar saná-las, caso contrário, o processo é arquivado”, explica o diretor.

## **Parceria Cigex**

Parte dos resultados foi alcançada graças à parceria entre o Incra e o Exército que vem permitindo acelerar a análise dos processos de certificação e já possibilitou a emissão de 1.334 certificações, abrangendo mais de 1,1 milhão de hectares. O maior número de imóveis – 1.247 – foi certificado após a entrada em vigor da NE nº 105. A certificação expedida pelo Incra é exigida para o registro do imóvel nos casos de compra, venda, desmembramento ou partilha.

No Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército (Cigex), referência internacional na área cartográfica, foram analisados 5.759 processos. A força-tarefa envolve cerca de 100 profissionais, entre engenheiros e técnicos da área cartográfica, além de assistentes administrativos.

Os esforços empreendidos pela autarquia para aperfeiçoar a governança nessa área resultarão, também, no lançamento do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), criado para realizar a análise eletrônica dos dados georreferenciados dos imóveis rurais. O novo sistema verificará a ocorrência de sobreposição de áreas, além de gerar plantas e memoriais descritivos (documentos com todos os detalhes) das propriedades de forma automática.

A qualificação das informações e a consequente ampliação do conhecimento sobre a malha fundiária brasileira também permitem orientar outras ações da autarquia, a exemplo da obtenção de terras e do reconhecimento de direitos de povos, como os quilombolas.

**Coordenador**  
Sergio Leite

### **Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,  
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,  
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,  
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

### **Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto, Karina Kato,  
Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa



